

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

LEONARDO HENRIQUE DE OLIVEIRA CASTIGIONI

**A PALAVRA COMO UM TIRO E A LEITURA COMO MUNIÇÃO: ANÁLISE DO
PROJETO DE REMIÇÃO DA PENA PELA LEITURA “ME LIVRO”**

FRANCA

2021

LEONARDO HENRIQUE DE OLIVEIRA CASTIGIONI

**A PALAVRA COMO UM TIRO E A LEITURA COMO MUNIÇÃO: ANÁLISE DO
PROJETO DE REMIÇÃO DA PENA PELA LEITURA “ME LIVRO”**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Direito.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Gabriela Mendes Braga

FRANCA

2021

C351p Castigioni, Leonardo Henrique de Oliveira
A palavra como um tiro e a leitura como munição: análise
do projeto de remição da pena pela leitura “Me Livro” /
Leonardo Henrique de Oliveira Castigioni. -- Franca, 2021
75 p.

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Direito)
Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de
Ciências
Humanas e Sociais, Franca
Orientadora: Ana Gabriela Mendes Braga

1. Hierarquias. 2. Leitura. 3. Prisão. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp.
Biblioteca da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca. Dados
fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

LEONARDO HENRIQUE DE OLIVEIRA CASTIGIONI

**A PALAVRA COMO UM TIRO E A LEITURA COMO MUNIÇÃO: ANÁLISE DO
PROJETO DE REMIÇÃO DA PENA PELA LEITURA “ME LIVRO”**

Trabalho de Conclusão de curso apresentado à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para obtenção do título de Bacharel em Direito.

BANCA EXAMINADORA

Presidenta: _____

Profa. Dra. Ana Gabriela Mendes Braga

1º Examinador (a): _____

2º Examinador (a): _____

Franca, de de 2021.

Dedico este trabalho à minha mãe e ao meu padrasto, aos meus avós e à minha companheira. Também aos colegas que atuaram junto comigo no Grupo “Cárcere, Expressão e Liberdade” durante esses quatro anos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe, Maira, pelo amor, apoio e todo o tempo que dedicou seus esforços para que eu pudesse concluir a jornada da graduação. Serei eternamente grato por sua luta diária para que pudesse, primeiro, passar em uma universidade pública, e depois, para concluí-la. Espero poder retribuir na mesma medida. Ao apoio de meu padrasto, César, por confiar em minha capacidade e por ser meu outro suporte, junto à minha mãe, nessa caminhada até aqui. Aos meus irmãos, Mascote e Dudu, pelas tantas alegrias e companheirismo durante esses anos.

À minha vó Cristina e ao meu vô Roia, por terem sido tão presentes em minha vida e auxiliarem tão enormemente em minha criação. Sinto-me grato em saber que eles puderam acompanhar minha trajetória de perto e poderão me ver formado. Aos meus tios, Daniela e Paulo, e às minhas primas, Ana Karolina e Emanuelle, pelo carinho e apoio.

Com minha companheira de vida, Thays, pude aprender a compartilhar tão bem a vida com outra pessoa. Agradeço pelo amor gigantesco, pela cumplicidade, pelos nossos diálogos, pelos conselhos, pelo companheirismo e pela eterna parceria. Se pude aguentar todos esses anos, foi com sua ajuda. Muito obrigado.

Meus sinceros agradecimentos a todos os amigos que atravessaram meu caminho e construíram junto comigo a vida francana. Ao Paulo (Flau), com quem dividi o teto por todos esses anos, agradeço pela sinceridade, carinho e pelos ensinamentos únicos. Ao Lucas André (Alec), pelas risadas e pelo companheirismo. À Bruna (Jequiti), por tanto se importar e por ser uma amizade tão presente no meu dia-a-dia. A todos os amigos do grupo Chatuba de Mesquita e Mhun. Senti muita falta de todos vocês nesse meu último ano.

Aos amigos que dividiram cadeira comigo nesses cinco anos, meu muito obrigado. Principalmente à Maria Antônia (Pinga), minha melhor amiga, com quem dividi tardes na biblioteca de muito apoio, carinho e risadas. À Isadora (Jane), pela amizade que nasceu no fazer extensionista dessa faculdade e que pôde se reverberar por todos esses anos, agradeço muito a força e amparo.

Ao grupo “Cárcere, Expressão e Liberdade”, que desde 2017 me acolheu e deu sentido à toda minha graduação. Agradeço pelas oportunidades, pelo envolvimento e por cada momento. Aos amigos que junto comigo ocuparam esse incrível espaço: Dú, Zé, Mari, Pinga e Debô. Esta última minha parceira de pesquisa a quem muito devo o presente trabalho.

Ao meu amigo Eric, que de longe acompanhou minha caminhada e esteve presente em todos os momentos apesar dos tantos quilômetros de distância. Agradeço também à Marina e ao Mateus pela amizade e apoio.

Aos supervisores de meu primeiro estágio em Franca, na Secretaria Municipal de Educação, Augusto e Janice. Aprendi muito com vocês. Um agradecimento especial a todo o corpo de funcionários da unidade de Franca da Defensoria Pública, em especial ao Dr. Guilherme, pelo aprendizado, pela paciência e por servir de inspiração ao meu futuro.

Agradeço, na mesma medida, à Gabi, psicóloga que me acompanhou nos três últimos anos e que foi essencial para que eu concluísse minha graduação.

Aos(às) Professores(as) da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais por todos os ensinamentos. Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa de pesquisa que culminou nestas páginas.

Aos(às) membros(as) Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Aprisionamentos e Liberdades (NEPAL), que admiro profundamente e que tão bem me acolheram.

Agradeço à Ma. Mariana Pinto Zoccal, admirável pesquisadora, por ter aceitado compor a banca de avaliação deste trabalho. Meus agradecimentos ao caríssimo Eduardo Matheus Ferreira Lopes, inspiração na pesquisa e na vida, por também ter aceitado a compor a banca.

Pela inspiração e por todas as oportunidades que me concedeu, meus agradecimentos à Profa. Ana Gabriela, um exemplo na docência e na pesquisa. Agradeço a compreensão, paciência e ternura em todos esses anos.

Por último, aos colegas do “Me Livro”, por construírem um espaço tão rico em ideias e pelas discussões intermináveis. Liberdade é a meta!

“Todas as vezes que debatemos a vida do sujeito encarcerado a partir da prisão e não da sua liberdade sempre haverá um resquício de grade ou um único elo de aço que faça com que aquele sujeito permaneça preso.

Às vezes parece que não queremos liberdade, nem proximidade com esses sujeitos. Queremos um meio que se puna de forma com que não sintamos tamanha piedade.

(...)

É preciso construir uma política que promova liberdade. Se há algo de humanitário relacionado a pessoas que cometem crimes, o ponto de partida tem que ser a liberdade e não a forma como o tal ficará preso.” (“Além das Grades”, capítulo “Sem Saídas”, páginas 147 e 148, de Samuel Lourenço Filho)

CASTIGIONI, Leonardo Henrique de Oliveira. **A palavra como um tiro e a leitura como munição: análise do projeto de remição da pena pela leitura “Me Livro”**. 2021. 75 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2021.

RESUMO

A presente investigação aborda a leitura no contexto de um projeto de remição da pena pela leitura chamado “Me Livro” no ano de 2019. O projeto foi desenvolvido por uma extensão universitária, o grupo “Cárcere Expressão e Liberdade” (C.E.L.) e quinze presos da penitenciária de Franca/SP. A remição da pena pela leitura é um direito da pessoa presa que, após leitura de uma obra e confecção de uma resenha crítica, tudo isso em um prazo de 21 a 30 dias, ela poderá ter sua pena remida em quatro dias, a depender da aprovação do juiz. Iniciamos a pesquisa pelos aspectos formais de construção do “Me Livro”, isto é, como se deu a entrada na cadeia, quais os pressupostos de atuação do grupo, a partir de que marcos institucionais o projeto se desenvolveu, as obras trabalhadas e as discussões acerca de cada título. A partir de então, através da análise de conteúdo aliada, subsidiariamente, à análise documental, pudemos analisar 21 relatórios provenientes da edição de 2019 do projeto. Além desses relatórios, alguns outros que relataram as reuniões internas do grupo C.E.L. e acontecimentos próprios que ocorreram no campo também se situaram no corpus empírico da investigação. Além do objetivo geral, de análise da leitura, concentramos nossos esforços para analisar quatro objetivos em específico: as hierarquias produzidas sobre o saber produzido pelos próprios presos; discussão sobre a existência de um saber constituído ameaçado ou confrontado; os caminhos pelos quais esses saberes passam até se constituírem como tal e processo de atribuição de valor ao saber do que se é produzido pelos próprios presos. Assumimos que o processo da leitura e de produção do conhecimento se trata de um mecanismo emancipatório, considerando os participantes como sujeitos ativos na produção desse conhecimento. Optamos por esse caminho pela vantagem política e epistemológica que garantiu a análise do nosso corpus. Desse modo, identificamos a existência de três dimensões de análise que abarcam as categorias encontradas: a primeira dimensão é a político-epistemológica e abarca a categoria do “crivo penitenciário” a segunda dimensão é a dimensão temática e abrange as categorias “política”, “vivência prisional” e gênero”; a terceira dimensão é a dimensão subjetiva e abrange a categoria da leitura como experiência estética e seus confrontos ético-políticos.

Palavras-chave: Hierarquias, leitura e remição.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. A REMIÇÃO PELA LEITURA: ENTRE A INSTITUCIONALIDADE E O "ME LIVRO"	14
1.1 O encontro entre a extensão e a remição	18
1.2 “Me Livro” e a remição da pena pela leitura.....	20
1.2.1. Os encontros.....	24
1.2.2 Os livros e as discussões	31
1.3 Encontro de saberes: desafios e hierarquias no campo da epistemologia.....	36
1.4 Metodologia.....	39
2. A LEITURA COMO MUNIÇÃO.....	43
2.1 Crivo penitenciário	45
2.2. Política	51
2.3 Vivência prisional	54
2.4 Gênero.....	56
2.5 As experiências promovidas pela leitura na prisão: a leitura estética e os confrontos ético-políticos.....	59
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	66
REFERÊNCIAS	71

INTRODUÇÃO

“Todos tem um ideal. O meu é gostar de ler” (JESUS, 1963, p. 23). As palavras de Carolina Maria de Jesus em “Quarto de Despejo” têm por dever nos alertar do potencial e na valorização que devemos guardar à leitura e às suas potencialidades, principalmente em cenários tão violentos como o cárcere brasileiro.

Conduzimos a presente pesquisa a partir de nossas entradas na penitenciária de Franca, no Estado de São Paulo, junto ao grupo de extensão “Cárcere, Expressão e Liberdade” (C.E.L.). O grupo C.E.L., vinculado à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, atua há quase uma década no interior do sistema prisional. Na posição de extensionistas, procuramos expor, a partir deste trabalho, os desdobramentos de um projeto de remição da pena desenvolvido pelo grupo e por quinze presos da unidade penitenciária, projeto este chamado de “Me Livro”.

Mais do que a atuação por si só, o grupo em questão opera aliando uma perspectiva abolicionista penal ao fazer extensionista dentro da prisão. A dimensão abolicionista de questionamento da justiça criminal também é compactuada por nós e, por isso, colocada no desenvolver das discussões como ponto de partida e enfrentamento às práticas de aprisionamento em território nacional, mais especificamente em território paulistano, como é o caso das investigações aqui apresentadas.

O fazer extensionista, por sua vez, representa um dos pilares sobre os quais a universidade pública brasileira se desenvolve: ensino-pesquisa-extensão. Portanto, aqui aliamos tanto a pesquisa quanto a extensão, mesmo que esta última não seja o objeto do qual tratamos, ela é primordial para que o objeto pesquisado exista. Importante considerar que a atuação não se esgota no simples estar, mas na posição crítica de atuação, que no caso do grupo e dos presentes pesquisadores se traduz na ideia de estar na prisão ao mesmo tempo que contra ela (BRAGA, 2010).

Atuar na prisão e ser contrário à sua própria existência significa operar nas brechas de sua institucionalidade para construir um posicionamento de negação em relação à ela. Também é importante compreendermos as diferenças hierárquicas que se estabelecem entre presos e universitários, e abriremos mão das tentativas de tentar falar sobre e pelo outro. Ana Gabriela Mendes Braga alerta há muito que “O que o intelectual pode fazer é fornecer os instrumentos de análise (...)” (apud FOUCAULT, 1979, p. 179).

São por esses caminhos que pretendemos construir esse trabalho a fim de marcar a importância e a existência de um ensino jurídico comprometido, próximo do objeto e disposto

a ouvir outras vozes e outras posicionalidades. Pretendemos um saber compartilhado, disposto a pensar a realidade prisional através de novos ângulos, que pense a pessoa presa a partir de sua liberdade. Como entendemos, a reintegração social parte também de encararmos o campo para além da academia, trazer o cárcere à universidade e valorar o que é produzido pelas pessoas presas como conhecimento cientificamente válido, além de colocar os nossos próprios conhecimentos à prova do saber que se constitui a partir da pessoa presa.

Por esses caminhos, escolhemos analisar a leitura na edição de 2019 do projeto “Me Livro”, depois de termos o livro “Sobrevivendo no Inferno”, dos Racionais MC’s, barrado pela administração penitenciária. A ideia foi pensar a partir do episódio do livro, analisando o que tínhamos registrado sobre as discussões e sobre as escolhas de títulos.

O receio por parte dos diretores da penitenciária com a possível entrada, leitura e discussão de um livro que inclusive é leitura obrigatória em vestibulares nos intrigou. Capitães da Areia e Mayombe, ambos com um forte apelo político e também na lista de vestibulares, quando escolhidos para compor a remição, não sofreram qualquer limitação. A partir de então, entendemos a possibilidade de se investigar, do ponto de vista hierárquico e político-epistemológico, as leituras e tudo que as envolvia, como os encontros, a organização até a produção da resenha, as discussões, do “Me Livro”.

Organizamos este trabalho em dois capítulos. Reservamos o primeiro capítulo para tratar dos aspectos formais do projeto de remição. Intitulado “A remição pela leitura: entre a institucionalidade e o ‘Me Livro’”, foi dividido em 4 seções, são elas: 1.1 “O encontro entre a extensão e a remição”, 1.2 “Me Livro e a remição da pena pela leitura”, dividido em outras duas subseções (1.2.1 Os encontros e 1.2.2 Os livros e as discussões), 1.3 “Encontro de saberes: desafios e hierarquias no campo da epistemologia” e 1.4 “Metodologia”.

Nesse capítulo, contamos como se constituiu o objeto de pesquisa, como o grupo de extensão C.E.L. se firmou com o projeto, como foi a estruturação do “Me Livro”, além de expor os livros lidos e as discussões que surgiram a partir deles. Além disso, apresentamos a relevância em se debater a localização das vozes e dos saberes na produção do conhecimento e a valoração dada a partir desse conhecimento que é, muitas vezes, esquecido. Por isso uma seção específica para trazer os aportes teóricos que discutiram a epistemologia. Por último, apresentamos a metodologia utilizada e como foi organizado o tratamento do corpus empírico.

Seguindo, no segundo capítulo, intitulado como “A palavra como um tiro e a leitura como munição”, adaptamos um verso da letra de “Capítulo 4, versículo 3”, dos Racionais MC’s, presente em “Sobrevivendo no Inferno”, para expor os argumentos encontrados a partir da análise do corpus. Escolhemos a música em questão pois ela fora utilizada pelos diretores

da penitenciária para nos mostrar a gravidade do conteúdo trazido pelas letras e suas possíveis consequências dentro da penitenciária. Por isso optamos, nesse momento, tratar das questões captadas a partir do próprio corpus empírico, que no caso foram os relatórios da edição do ano de 2019, complementado por momentos específicos em que houve a expansão do campo de pesquisa como bem explicado no decorrer do trabalho.

Dividimos esse segundo capítulo em cinco seções, seções estas que indicam as categorias encontradas a partir da análise do conteúdo de nossos relatórios. São elas: 2.1 “O crivo penitenciário”, 2.2 “Política”, 2.3 “Vivência Prisional”, 2.4 “Gênero” e 2.5 “As experiências promovidas pela leitura na prisão: a leitura estética e os confrontos ético-políticos”. Ressaltamos que apesar dessa divisão, existe uma compreensão em dimensões que abarcam essas categorias e que foi explicada na própria metodologia e na introdução ao capítulo.

Para fins de organização e adequação aos objetivos propostos, separamos essas categorias em três dimensões que nos auxiliaram na análise do material colhido. A primeira dimensão é a dimensão político-epistemológica e abarca a categoria do “crivo penitenciário”. A segunda dimensão é a dimensão temática e abarca as três categorias seguintes, “Política”, “Vivência prisional” e “Gênero”. A terceira dimensão é a dimensão subjetiva e compreende a categoria das experiências promovidas pela leitura na prisão, passando pela leitura como experiência estética e os seus desdobramentos ético-políticos.

Em conjunto à análise dos relatórios, entendemos importante marcar a posição enquanto extensionista do grupo C.E.L desde 2017 e, portanto, presente no momento de transição do cárcere feminino ao masculino e na construção do projeto de remição. Essa posição não só confirma os fatos trazidos pelos relatórios como também complementa o que esses documentos relatam, isto é, a ida ao campo. Por isso, em alguns momentos, como quando tivemos uma reunião com membros da FUNAP, fizemos questão de colocá-la na presente pesquisa.

Ressaltamos também a escolha pela terceira pessoa do plural, alternada, raramente, pela primeira pessoa do singular, no decorrer do trabalho. Em primeiro lugar, escolhemos essa forma em virtude do teor do trabalho, pensando na coletividade e na multiplicidade de vozes que ele procura trazer. Em segundo lugar, o trabalho é fruto de uma pesquisa de um projeto “guarda-chuva” que pretende investigar tanto a leitura quanto a escrita no contexto da remição durante o projeto “Me Livro”. Dessa forma, procuramos trazer o conhecimento construído coletivamente através desse formato.

A partir do apresentado, tentamos contribuir com um trabalho que pudesse incentivar uma virada de chave nas perspectivas da criminologia e da execução penal brasileiras. Não se trata apenas de uma investigação sobre a remição como possibilidade de diminuição de pena, pretendemos ir além e investigar justamente no que o projeto de remição pela leitura contribui para além do que já foi pensado. Quando mencionamos a Criminologia dos Condenados, por exemplo, é pensando nessa proposta de falar menos sobre e mais a partir, incentivando a produção de um saber que vem de dentro, que ecoa na experiência de que viveu o cárcere.

Através da leitura do trabalho, pouco a de ser encontrado sobre análise de julgados, posicionamentos doutrinários e até mesmo menção à lei seca, com exceção do momento em que tratamos especificamente da remição pela leitura e seus dispositivos. O objetivo aqui foi o de pensar por outros caminhos dentro da criminologia, pensando os sujeitos do saber, o confronto entre saberes, as hierarquias existentes e a valoração do conhecimento proveniente de dentro do cárcere. Nilo Batista aponta que “não pode o jurista encerrar-se no estudo – necessário, importante e específico, sem dúvida – de um mundo normativo, ignorando a contradição entre as linhas programáticas legais e o real funcionamento das instituições que as executam” (2015, p. 26).

Em “Cartas do Cárcere: testemunhos políticos dos limites do Estado Democrático de Direito” (2018), Thula Pires nos lembra que para além das reconhecidas vozes que interpretam o Brasil, existem “outras vozes que interpretam o Brasil e que continuam sendo excluídas do debate, apesar de arcarem da maneira mais brutal e desproporcional com os efeitos dessas conjunturas (p. 168). Pires ainda continua a nos lembrar que não se trata de dar voz a ninguém, mas que o problema reside na “(im)possibilidade de que as vozes, como agência coletiva, reverberem e possam mobilizar e serem registradas como ação política” (p. 174).

O próprio processo de “dar voz”, como contaremos no Capítulo 2, só reforça as relações desiguais entre membros universitários e membros presos, compactuando, por exemplo, com o posicionamento assumido pela própria instituição penitenciária. Se damos voz, estamos construindo algo a partir das nossas vivências, excluindo a autonomia e as potencialidades do outro. Pretendemos, ao contrário, revelar “os processos que impossibilitam que ocupem posições de sujeitos integralmente humanos” (PIRES, 2018, p. 174).

Dessa forma já justificamos nossa própria posicionalidade enquanto universitários e produtores de um conhecimento válido do ponto de vista científico, já que advindo da academia. Como exposto ao longo das páginas, nossa função como extensionistas foi a de

servir como intermediadores. Nossa função como pesquisadores analisa essa intermediação a partir da leitura, sem interpretações absolutas sobre a visão colocada e construída pelo outro.

Reconhecer o nosso local de privilégio e utilizá-lo como ferramenta e espaço para veicular saberes que são inviabilizados reforça o papel da universidade pública e dos(as) pesquisadores(as) advindos dela. Patrícia Hill Collins em “Pensamento feminista negro” (2019) nos alerta sobre a relevância das escolhas epistemológicas e por quê elas não são escolhas inocentes do ponto de vista de compreensão da verdade:

As escolhas epistemológicas referentes a quem se deve confiar, em que acreditar e por que algo é verdadeiro não são questões acadêmicas inocentes. Essas preocupações, ao contrário, dizem respeito a uma questão fundamental: a das versões da verdade que acabam por prevalecer. (COLLINS, 2019, p. 536)

Foram por esses caminhos que buscamos realizar a pesquisa e concretizamos o que entendemos por reintegração social, colocando-nos também à campo para investigar e pôr em prática o que entendemos como luta antiprisional aliada ao papel do acadêmico em sua produção, diminuindo a distância entre sociedade e cárcere, e mais, compreendendo que o cárcere é parte dessa mesma sociedade.

CAPÍTULO 1: A REMIÇÃO PELA LEITURA: ENTRE A INSTITUCIONALIDADE E O “ME LIVRO”

O presente trabalho é fruto de uma pesquisa que teve como objetivo a investigação política-epistemológica do que se lê por um conjunto de quinze presos organizados através de um grupo de remição da pena pela leitura na penitenciária de Franca/SP. O intuito foi analisar não só as obras lidas, mas a maneira como são lidas e como são extraídas as informações desses livros, identificando os saberes produzidos a partir de então.

As questões pertinentes à leitura não se limitam a indicar obras e pensamentos desenvolvidos a partir da temática das produções, mas a de procurar demarcar as possibilidades de ler e ser lido, de significar e ser significado. Portanto, procuramos uma virada de chave na produção de conhecimento motivada pela própria leitura e pela produção coletiva de debates.

O grupo se organiza em torno de uma extensão universitária na qual me enquadro como extensionista. O Grupo “Cárcere, Expressão e Liberdade”, extensão universitária da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, tem como um de seus projetos a remição da pena pela leitura na penitenciária francana desde 2018, projeto este intitulado “Me Livro”. Contudo, foi a partir de uma incursão no segundo semestre de 2019 que a presente pesquisa passou a ser concebida.

Em setembro de 2019, a administração penitenciária da unidade onde atuamos impediu a entrada do livro “Sobrevivendo no Inferno”, do grupo de rap Racionais MC’s, livro este que transformou o álbum em questão em produção literária¹, contendo as 12 faixas transcritas, como livro do mês para fins de discussão e remição da pena.

As informações que chegaram ao grupo, e que foram registradas em relatórios que fazem parte do corpus empírico desta pesquisa, revelam que o trecho transcrito abaixo faria apologia ao crime por sua crítica à Polícia Militar, podendo servir como combustível para que aquela unidade superlotada, que à época contava com seus 2.000 presos, implodisse:

[...] Um dia um PM negro veio embaçar/E disse pra eu me pôr no meu lugar/Eu vejo um mano nessas condições, não dá/Será assim que eu deveria estar?/Irmão, o demônio fode tudo ao seu redor/Pelo rádio, jornal, revista e outdoor/Te oferece dinheiro, conversa com calma/Contamina seu caráter, rouba sua alma/Depois te joga na merda sozinho/Transforma um preto tipo A num neguinho/Minha palavra alivia

¹ “Na semana passada, mais especificamente no 23 de maio, a Unicamp divulgou a lista com os nomes das obras obrigatórias para o vestibular 2020. Na lista, o álbum “Sobrevivendo no inferno” do grupo Racionais Mc’s se destaca como uma das obras exigidas, não apenas por se tratar de um álbum musical que nos ensina ritmo e poesia, mas também por nos trazer raps cujas letras nos ensinam história, política, racismo, exclusão social e a luta por direitos.” Notícia retirada de: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/sobrevivendo-no-inferno-e-uma-aula-de-historia-politica-racismo-e-luta-por-direitos-por-luanda-juliao/>

sua dor/Ilumina minha alma, louvado seja o meu senhor/Que não deixa o mano aqui desandar/E nem senta o dedo em nenhum pilantra/Mas que nenhum filha da puta ignore a minha lei/Racionais capítulo quatro versículo três [...] (RACIONAIS MC's, 1997)

A proibição da entrada de um livro pelo que ele representa, tanto pelo seu conteúdo quanto pela sua simbologia, não deve ser ignorada quando nos deparamos com a importância promovida pelo grupo de rap paulistano nas denúncias da realidade periférica negra e também pelo tom criminológico que suas produções alcançam.

Em sua dissertação de mestrado, Braga (2008, p. 21) apresenta o conceito de “clínica da vulnerabilidade”, de Eugênio Raul Zaffaroni, para compreender as raízes sob as quais estão erguidas a fragilização de determinada parcela da população perante o sistema de justiça criminal, indo na contramão da busca incessante pela identidade do ator desviante. Ao mesmo tempo, a voz nascida dos Racionais MC's, e mais precisamente o álbum “Sobrevivendo no Inferno”, reforçam essa mesma predileção racista que orienta o sistema de justiça criminal brasileiro.

60% dos jovens de periferia/Sem antecedentes criminais já sofreram violência policial/A cada quatro pessoas mortas pela polícia, três são negras/Nas universidades brasileiras, apenas 2% dos alunos são negros
A cada quatro horas, um jovem negro morre violentamente em São Paulo/Aqui quem fala é Primo Preto, mais um sobrevivente. (RACIONAIS MC's, 1997)

A dinâmica registrada dentro da penitenciária de Franca funciona como início de deslegitimação do poder punitivo, na medida em que existe o receio, por parte da administração penitenciária, do livro funcionar como combustível para uma possível identificação das realidades ali vividas.

Em termos criminológicos, principalmente no que diz respeito à criminologia cultural, o embate com o setor administrativo da penitenciária pela entrada do livro pode ser entendido a partir do papel exercido na dinâmica do crime e seu controle por parte dessas autoridades (SILVA, 2017, p. 133). A ressignificação de identidades desviantes é proporcional ao nível de criminalização alocado àquela identidade (SILVA, 2017, p. 134). Talvez, por isso mesmo a própria letra preconiza um brado de ameaças e rompimento: “A fúria negra ressuscita outra vez/Racionais, Capítulo 4, versículo 3” (RACIONAIS MC's, 1997).

Nesse primeiro capítulo, buscamos trazer os aportes teóricos e práticos do grupo e a maneira que a leitura se consolidou como ponto de partida para o estudo. Pensando na institucionalidade do projeto e tendo em vista que o grupo parte de bases que questionam a existência da própria prisão, e, mais precisamente na remição, constrói possibilidades de discursos fora do lugar comum hierarquicamente pensado para a organização penitenciária, propomos a ideia de efeito colateral.

Através disso, buscamos compreender: a) quais as hierarquias produzidas a partir do saber que se constitui no decorrer das leituras do grupo; b) discutir a existência de um saber constituído ameaçado ou confrontado; c) por quais caminhos passam esses saberes envolvidos até se constituírem como tal; d) processos de atribuição do valor ao saber que se é produzido pelos próprios presos.

Utilizamos, para tanto, os discursos que foram mobilizados pelos participantes presos no decorrer dos nossos encontros, todos eles registrados por um membro do grupo em relatórios individualizados de cada uma de nossas visitas. Tratamos menos como uma pesquisa que busca validar obras e títulos disponibilizados e escolhidos para leitura, e mais sobre como essa leitura foi ou não utilizada para construir estratégias, pensamentos, vozes e discursos. Pensando onde esses discursos estão alocados. Por isso, trataremos desde a escolha e indicação das obras, que são feitas conjuntamente entre membros presos e membros universitários.

Esses relatórios somam, ao todo, 21 (vinte e um) documentos. Cada livro lido, em média, foi alvo de 3 (três) desses relatórios, todos feitos de acordo com a dinâmica das visitas entre o grupo de extensionistas e o grupo de membros presos. Mensalmente, enquanto coletivo, fazíamos três visitas: a primeira, destinada à apresentação do livro; a segunda, para discussão da obra e a terceira, para confecção da resenha. Foram lidos e resenhados, durante a vigência do grupo, sete títulos: “Capitães da Areia”, de Jorge Amado; “Fahrenheit 451”, de Ray Bradbury; “O Menino do Pijama Listrado”, de John Boyne; “Mayombe”, de Pepetela; “O Conto da Aia”, de Margaret Atwood; “Todo Dia”, de David Levithan e “A Revolução dos Bichos” de George Orwell.

Partiremos, para fins de análise da produção das vozes e dos discursos, da concepção foucaultiana de que o discurso é um “objeto de desejo” (FOUCAULT, 1996, p. 10) e de que, compreendendo que existem hierarquias sobre o que se fala e sobre quem se fala, a produção do saber a partir desse grupo de presos desafiaria diretamente o “discurso da verdade” (FOUCAULT, 1996, p. 10), e, nesse sentido, no acontecer desse confronto, a possibilidade de culminar em um saber proveniente das celas.

Não pretendemos contextualizar, compilar ou analisar a produção literária proveniente da cadeia (DU RAP, 2002), (JOCENIR, 2001), (MENDES, 2009), (LOURENÇO, 2018), entre outros, caracterizada por Maria Rita Palmeira em “Cada história, uma sentença: narrativas contemporâneas do cárcere brasileiro” (2012) como “literatura marginal”. Apesar de tê-las como influência e em certa medida referenciá-las para tal, já que,

epistemologicamente, a construção desse saber pode servir para os apontamentos aqui desenvolvidos.

Também procuramos diferir de uma possível aproximação entre o projeto de leitura e aquilo que chamamos de ideologias “RE”. Tais ideologias possuem origem na criminologia clínica tradicional e na criminologia etiológica e compreendem que a prisão tem por papel a melhora na vida dos indivíduos que são submetidos a ela (ZAFFARONI, 1997). A concepção que circunda a reabilitação consolida-se dentro dos princípios estruturais da execução penal brasileira, possuindo uma funcionalidade na sua utilização mesmo que apartada da aplicação concreta (BRAGA, 2014, p. 03-04).

Ao contrário, identificamos proximidade à ideia cunhada por Alessandro Baratta (2019, p. 3), a saber, a de reintegração social, conceito admitido a partir das interações estabelecidas entre prisão e sociedade, sem um fim reabilitador de manutenção do “status quo”.

justamente para fazer frente às chamadas ideologias "res", segundo as quais o indivíduo é objeto de intervenção penal; cabendo ao sistema penitenciário modificar o modo de ser do apenado e a este readequar seus valores e atitudes como condição para que seja aceito pela sociedade (BRAGA, 2014, p. 7)

Não procuramos encontrar estratégias para associar a possibilidade de leitura com expiação da pena, reparação de condutas ou buscar “ressocialização” a partir de resenhas aprovadas ou dias remidos. Na realidade, trata-se de um processo emancipatório e não corretivo (GONÇALVES, 2019, p. 87). Qualquer coisa além disso que remete à ressocialização significa, por Alvino Augusto de Sá, “silenciar nele [no preso] a voz que se apresenta como eco das vozes que se encontram abafadas em nós.” (2015, p. 348).

Como se trata de uma pesquisa empírica em Direito, e na condição de extensionista atuante na edição do projeto analisado no presente trabalho, encontro-me na posição de observador participante, participante de um campo que se estende até os dias em que escrevo, principalmente pelos diálogos ainda estabelecidos com a penitenciária para condução e continuidade do projeto. A condição de observar e participar foi propositalmente escolhida pois, na medida em que analisamos os saberes, pudemos desvendar aquilo por trás dos discursos retóricos localizados dentro do direito, enxergando além da realidade consolidada (BAPTISTA, 2017, p. 112).

Não se trata, outrossim, de falar por ou falar sobre, mas de deslocar o sentido do discurso hierarquicamente consolidado, deslocar a percepção por sobre quem tem a voz e que irá colocá-la para consolidar suas verdades. É uma vantagem epistêmica, científica e política, em que a voz inicia seu trajeto na margem, localizando por ali os possíveis sujeitos do saber

(HARDING, 1993, p. 7-8). É o rastro dessas vozes deixados quando colocados defronte ao poder (FOUCAULT, 2003), seja o poder dos próprios agentes de segurança, dos Diretores da unidade, do juiz, e até mesmo de universitários.

Captados estes sujeitos do saber, a próxima etapa foi responsável por analisar, através da análise documental e análise de conteúdo, o teor do que se foi relatado durante as visitas. Para Andréa Depieri (2017, p. 192), apresentar uma pesquisa como documental nunca é suficiente, por isso a escolha da análise de conteúdo para verificação dos discursos, é um instrumental cognitivo (epistemológico, metodológico) que se exige aprimorar, na expectativa de que as produções/pesquisas se tornem não só cientificamente qualificadas, mas também potencialmente contributivas para apreensões políticas, em termos de transformação. (CHIES, 2014, p.39).

Essas primeiras seções foram reservadas para apresentar quais foram os pilares que construíram essas zonas de saber dentro da penitenciária. Portanto, apresentaremos o projeto “Me Livro” e a forma como se dá a remição dentro desse contexto, a fim de explicar como os pressupostos e os passos instrumentais e metodológicos se organizaram a fim de instrumentar o tema a ser pesquisado. Num segundo momento, iremos nos deter à explicação das oficinas desenvolvidas pelo grupo e quais os objetivos e sistemática de cada uma. Num terceiro momento, nos debruçaremos nas incursões que o campo promoveu na pesquisa, desde a ocorrência com o livro “Sobrevivendo no Inferno” até as cooptações enfrentadas pelo grupo vindas da Fundação “Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel” (FUNAP).

1.1 O encontro entre a extensão e a remição

O grupo de extensão da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da UNESP, “Cárcere, Expressão e Liberdade”, antigo Projeto Cadeia, é uma organização atuante há muito dentro do sistema prisional paulista e vem promovendo, durante sua “vida”, a consolidação do que habitualmente chamamos de “tripé universitário”, aliando a pesquisa acadêmica e o ensino à sociedade.

Composto, anualmente, por quase 30 extensionistas, entre graduandos dos quatro cursos da faculdade, a mestrandos e até mesmo graduandos de outras instituições da cidade de Franca/SP, o grupo vem enraizando suas propostas pela sociedade francana. Atualmente, por exemplo, três são os eixos de atuação do grupo: a remição pela leitura; a atuação em escolas e a cadeira ocupada no Conselho da Comunidade do município. No presente trabalho, nos deteremos no eixo nuclear do grupo, a remição pela leitura, analisando os desdobramentos por sobre a leitura desenvolvida a partir dele.

Suas atividades dentro do cárcere eram desenvolvidas, de início, na Cadeia Pública Feminina de São José da Bela Vista, passando, em seguida, pela Cadeia Pública de Batatais e depois pela Cadeia Pública de Franca, popularmente conhecida como “Guanabara” (BRAGA; RIBEIRO; JESUS, 2019). Em todos esses espaços ocupados, o grupo se propunha a construir, dialógica e horizontalmente, com fins de minimizar as hierarquias consolidadas entre grupos tão distintos (BRAGA; RIBEIRO; JESUS, 2019). A possibilidade de atuação é a de repensar o pensamento acadêmico a partir das vozes e experiências de pessoas presas, viabilizando reflexões para que cada qual possa se articular e se determinar (GENTILE, 2017, p. 73).

Contudo, o grupo tal como é conhecido hoje se desenvolveu a partir de 2014. A mudança aparente, de nome, se deu quando do Projeto Cadeia surgiu o grupo C.E.L., “Cárcere, Expressão e Liberdade”. A postura também diferenciou-se, assumindo um posicionamento que é permanentemente discutido no interior de nossos grupos de estudos e reuniões administrativas: estar na prisão ao mesmo tempo que se está contra ela (BRAGA, 2010).

Essa atitude - de evitar a recusa pura e simples - não se confunde com uma atitude de cumplicidade com o poder ou com a instituição prisional. Ao contrário, enquanto se resiste e subverte-se a ordem a partir da estrutura de poder, questiona-se esse regime de verdade, que faz “ser quem somos” e que punamos da forma de fazemos. (BRAGA, 2010, p. 265)

A atuação do grupo, também assumida por mim na condição de participante e pesquisador, é a de contrariedade e negação em relação à cadeia, pensando através do que se conhece por abolicionismo penal. Além da própria instituição penitenciária em si, o abolicionismo vai além e se utiliza da negação dos mecanismos construídos pelo sistema penal como um todo, deslegitimando-o à medida que fornece a ele um caráter de manutenção e controle social de grupos específicos (DAVIS, 2018; WACQUANT, 2003). As problemáticas envoltas ao cárcere e a própria negação da instituição não se deve, portanto, ter fundamento só em negar a instituição, mas negar a estrutura.

Em discussões como aquela empreendida por Georges Chantraine (2004), no que ele reconhece como a “sociologia da prisão”, o autor identifica o embate desses atores atuantes no interior penitenciário quando defrontados os interesses e necessidades imediatas da população carcerária e a proposta de abolição prisional.

Buscamos inserir o CEL no contexto do movimento social abolicionista, a partir dos pressupostos seguintes: a) persistência, ilustrada por nossa organicidade interna, que nos difere de eventos isolados como reuniões e assembleias; b) intencionalidade, por adotarmos como estratégia final o fim da prisão por meio da redução quantitativa e qualitativa do encarceramento no presente, seja pela aplicação e correção das resenhas, que propicia a concessão da remição de pena, seja pelas “janelas de liberdade” abertas por oficinas e leituras, com a consequente expansão do imaginário para além dos muros da prisão; c) autonomia e horizontalidade, pois apesar de sermos um projeto de extensão vinculado à universidade e realizado na

prisão – instituições notadamente hierárquicas – buscamos construir nossas práticas em outros formatos de relação. (BRAGA; LOPES; SILVEIRA; ZOCCAL, 2019, p. 2)

Em Bony (2015, p. 275-276), são estabelecidas essas relações entre a cadeia e suas ramificações por fora dela através da expressão “cidade com grades”, pois é passível de identificação a porção que arcará com as consequências do cárcere. Passamos, para tanto, da concepção de um sistema hermético para um sistema poroso (ADORNO, DIAS, 2013, p. 16-17; GODOI, 2015, p. 138; MALLART, CUNHA, 2019, p. 13). Aderimos à noção de “vasos comunicantes”, interpretando as relações entre o “dentro e o fora da prisão” através de “forma, meio ou ocasião” que “une diferentes dimensões da existência social e define uma separação fundamental entre elas” (GODOI, 2015, p. 136). Em nosso trabalho, esses fluxos se dão através da academia, do cárcere e da sociedade civil.

No decorrer dos anos, a mudança mais significativa do ponto de vista organizacional do grupo se deu com o fechamento do “Guanabara”, a cadeia pública de Franca, forçando a paralisação de nossas atividades naquele espaço. Contudo, em meio às incertezas quanto à atuação futura da extensão, foi viabilizada uma comunicação com o antigo Centro de Detenção Provisória (CDP) da cidade, que meses depois foi promovido a penitenciária pela Secretária de Segurança Pública do Estado de São Paulo. O contato, estabelecido por duas estudantes de Serviço Social que, concomitantemente à extensão, estagiavam junto à administração do CDP, com a atual Diretora de Reintegração Social, proporcionou as pontes que nos levariam à nova realidade de atividades.

Em princípio, a ideia seria a mesma levada às mulheres no “Guanabara”, isto é, a de elaboração de oficinas que possibilitariam o diálogo entre universidade e cárcere. A proposta para construção de um grupo de remição da pena pela leitura surgiria quase um ano depois do início de nossas atividades. Experimentamos mudanças substanciais, desde alterações espaciais, com a mudança da cadeia pública para um centro de detenção provisória – e posteriormente penitenciária –, passando pelo conteúdo e temática das nossas discussões, até o desenvolvimento de novos vínculos e comunicações num espaço majoritariamente masculino (GENTILE, 2017, p. 72).

Dessa forma, ao lidar com um ambiente organicamente mais rígido e hierarquizado, a extensão e a conduta extensionista tinham por dever tensionar o posicionamento diante da prisão, no que tange, principalmente, aos seus aspectos metodológicos. Além de rompimento com os hiatos existentes entre sociedade civil e cárcere (OLIVEIRA, 2017), ao enfrentar o campo além-academia como espaço de estudo, intervenção e diálogo (GADOTTI, 2017), a experiência ali desenvolvida envolveria práticas de pedagogia engajada (hooks, 2013),

aliando-se a contrariedade do espaço a elementos de uma educação libertadora e emancipadora.

1.2 “Me Livro” e a remição da pena pela leitura

“Me Livro”. O nome do grupo foi resultado da imaginação de um dos participantes presos que, durante nossos primeiros encontros, elaborou um desenho com grafia em letras de grafite trazendo o respectivo título.

O sentido trazido pelo nome remonta à ideia central contida no projeto: a liberdade. A partir dessa ideia, os sentidos de liberdade encontram significado no subjetivo e nas construções de cada participante. A liberdade trazida pelos dias remidos, a liberdade dialógica estabelecida no espaço da escola entre membros universitários e membros presos, a liberdade dos espaços criados pelas dinâmicas organizadas em nossos encontros, e, por que não, a liberdade trazida pela própria leitura dentro das celas.

Em um dos relatos analisados, uma passagem em específico se mostrou de grande importância para interpretar a capacidade e a dimensão do projeto que construímos conjuntamente: “isso aqui [o grupo] é uma terapia para nós [presos]. Aqui o ritmo é outro, outro ar, outra coisa...”². Esse relato foi acompanhado por um outro desabafo, do mesmo preso, contando que os presos do raio 3 eram tratados como o lixo da unidade³. Não era a primeira vez que ouvíamos sobre o raio 3 comentários que se complementavam em suas críticas. Dessa forma, dentro das próprias hierarquias estabelecidas internamente pela organização do cotidiano prisional, lidávamos, ainda, com mais essa barreira.

A entrada do grupo significou para a realidade prisional daqueles quinze presos uma mudança de ritmo às terças-feiras. A monotonia da rotina penitenciária, rigorosamente calculada, era quebrada pela ida à escola, pela discussão de obras, pelo contato com os outros presos no corredor da escola ou no banheiro daquele local, e também pela volta às celas, momento em que havia uma reunião de “repasses” sobre as atividades na remoção, como iremos mostrar em momento adequado. Podemos, nesse sentido, aproximar a atuação do C.E.L. à atuação da Pastoral Carcerária quando apresentada por Rafael Godói, Fabio Mallart, Marcelo da Silveira Campos e Ricardo Campello (2020) em relação à presença continuada no interior penitenciário, possibilitando conhecer as suas dinâmicas e as estruturas da experiência da punição (2020, p. 149). Para além, é a partir daí que há a mobilização que impõe um outro ritmo:

² Trecho retirado do encontro do dia 30/04/2019 sobre o livro “A Revolução dos Bichos”

³ A informação que chegou até o grupo C.E.L. era a de que o raio 3 era o raio em que se encontrava o comando da cadeia e o raio em que não chegavam as atividades comumente desenvolvidas no interior prisional.

Não tratamos, portanto, de mobilizar a Pastoral Carcerária apenas pelo acesso que esta faculta a espaços institucionais cada vez mais inacessíveis, mas de fazer dessa inserção e das atividades desempenhadas – seja a consulta de processos judiciais, seja a realização de oficinas, leituras e debates com os reclusos, seja o encaminhamento de denúncias – uma posição situada e parcial de construção de conhecimento, mas também um ponto de combate em um campo de batalha, no qual as frentes de luta são diversas: desde os embates no campo acadêmico, passando pelas batalhas no âmbito político – descriminalização de todas as drogas, fim do processo de encarceramento massivo, extinção das forças policiais militarizadas – até os combates no coração da própria Pastoral Carcerária em relação a setores mais conservadores. (2020, p. 157).

A história da remição pela leitura precede qualquer compilação normativa nesse sentido, precedendo até mesmo a Lei n. 12.433/2011 que firmou a remição por estudo. A primeira experiência de remição por leitura reconhecida em território nacional aconteceu na Penitenciária Federal de Catanduva, no interior do Paraná, em 2009. A motivação, além de ter sido impulsionada pelo fato da rotina dos presos ser composta por atividades motivacionais, educacionais e como forma de “passar o tempo”, também teve forte influência pelo fato de que não há a possibilidade de escolarização nessas unidades (NARCISO, 2019, p. 274).

Após o advento da lei normatizando a remição por estudo e por trabalho, as expectativas do mesmo movimento com a leitura passaram a se tornar gradativamente mais presentes. Foi a partir de então, com a Portaria Conjunta nº 276, de 12 de junho de 2012, expedida pelo Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça (DEPEN/MJ), que o primeiro protótipo de sistematização da remição pela leitura foi lançado, tendo como base os fundamentos trazidos pelo art. 126 da Lei de Execução Penal (LEP) (NARCISO, 2019, p. 278).

Assim, a portaria fixou que o pagamento de pena se daria em 4 (quatro) dias remidos para cada resenha. Porém, inovando ao limitar em 12 (doze) obras lidas e avaliadas, considerando que o limite de tempo remido pelo custodiado seria de até 48 (quarenta e oito) dias, no prazo de 12 (doze) meses (Depen, 2012). (NARCISO, 2019, p. 278).

O campo estava formado e, em 2013, por influência das movimentações anteriores, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) firmou as diretrizes da remição pela leitura através da Recomendação nº 44, de 26 de novembro de 2013. Via de regra, respeitando-se os prazos temporais para leitura (máximo de 30 dias para cada obra) e realização da resenha (até 10 dias para a produção), cada preso poderá vir a ter a sua pena diminuída em 4 (quatro) dias, sendo necessária a aprovação do Juiz da Execução Penal para que isso ocorra.

No âmbito estadual, em 2018, foi criada lei para regulamentar o tema, Lei Estadual nº 16.648/2018. Contudo, tal lei foi objeto de ação direta de inconstitucionalidade pela Procuradoria-Geral de Justiça contra o governador do Estado e o presidente da Assembleia Legislativa, e, por unanimidade, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de São

Paulo (TJSP) reconheceu a sua inconstitucionalidade em virtude da competência normativa da União para legislar sobre a remição da pena.

A remição desenvolvida por nós, além das diretrizes gerais desenhadas pela Portaria Conjunta em âmbito federal e pela Recomendação do CNJ, também esbarra em portarias específicas do Departamento de Execução Criminal (DEECRIM) da 6ª Região Administrativa Judiciária (RAJ), região esta que abrange a comarca de Franca. Nesse sentido, o desenvolvimento de outros projetos de remição por outras unidades da mesma região também pressionara por uma sistematização local sobre a temática. Por isso, contamos ainda com as portarias locais para sustentação do projeto.

Mais recentemente, a partir de determinação do Supremo Tribunal Federal (STF), foi expedida a Resolução nº 391 de 10 de maio de 2021, a qual regulamenta especificamente o direito da remição pela leitura.

Dessa forma, conjugando a atuação do grupo “Cárcere, Expressão e Liberdade” nas prisões locais, foi-nos apresentada a proposta de ingresso no cárcere masculino de Franca com a possibilidade de realizar esse tipo de remição já no início de 2018. O grupo seria composto pelos membros formalizados que compunham o grupo de extensão e, de início, cerca de 30 presos do raio 3 da unidade de Franca. Existiam, contudo, três condições para participação do projeto: alfabetização, condenação em definitivo e cumprimento da pena em regime fechado⁴.

Mediante tais condições, foi disponibilizada uma lista no raio e foram selecionados, a partir da escolha promovida pelos próprios servidores da unidade, os participantes do nosso primeiro ano de projeto. Esses mesmos membros, que intitularam o grupo como “Me Livro”, foram os remanescentes para a condução do grupo também em 2019, ano em que a edição do projeto se estabeleceu como objeto para essa pesquisa.

No ano de 2019, a edição do projeto passou a contar com um número reduzido de participantes presos por imposição da penitenciária. A sala que utilizávamos para realizar nossos encontros foi ocupada com computadores para implementação do ensino superior à distância, segundo informações da unidade. Com o espaço físico reduzido, a saída encontrada pela administração foi a de reduzir o número de presos participantes do grupo. Mesmo nesse momento, tivemos que disputar espaço para que não surgisse daí uma forma de esvaziamento do grupo. A proposta da penitenciária era menor que a dos 15 presos que efetivamente formaram o grupo no fim das contas.

⁴ Apesar da Penitenciária de Franca comportar apenas essa modalidade de regime de cumprimento de pena, alguns presos que já tinham a progressão deferida ainda participavam, pois, a respectiva transferência para uma unidade adequada não havia sido viabilizada.

Além disso, nesse segundo ano de projeto, passamos a contar com uma “Comissão de Plágio”. Nunca houve especificação pormenorizada de quem compunha essa comissão. Sabíamos que tanto o Diretor da Escola quanto a Diretora de Reintegração Social conferiam se havia trechos copiados dos livros nas resenhas antes de enviarmos ao Juiz Corregedor. Os próprios membros do grupo, no momento das correções, também procuravam essas constatações. No fim, funcionava mais como uma convenção do que uma comissão sistematicamente organizada.

Eram três os dias de entrada para trabalharmos os livros, como primeira experiência com um projeto institucionalmente voltado a remir pena aliado à administração penitenciária com quem articulávamos o projeto, os impasses se construíam a nossa frente. Os impasses eram materiais, surgidos no interior do C.E.L., mas também ideológicos, sobre a relação estabelecida entre extensão e cadeia.

Mesmo considerada a importância da diminuição concreta da pena privativa de liberdade, a remição por leitura, para fins desse trabalho, não deve ser entendida como um fim em si mesmo. Enxergá-la dessa forma é restringir a capacidade das atividades que são realizadas ao longo do percurso entre a leitura e a construção da resenha. Portanto, é preciso encarar as possibilidades tendo em vista a dimensão de atuação de seus atores, que são pessoas presas, através do binômio cárcere-extensão universitária.

Na prisão, a extensão tem desafios ainda maiores do que aplicar um modelo de educação horizontal, já que as ações realizadas podem trazer consequências para o sistema prisional, correndo-se o grande risco de legitimá-lo. Este talvez seja um dos grandes dilemas dos extensionistas que atuam no ambiente carcerário, já que ir totalmente contra ao sistema pode ensejar a expulsão dos acadêmicos pelas autoridades responsáveis, ao mesmo tempo que estar nela e buscar formas de melhorá-la pode ser uma forma de legitimar tal instituição.

(...) Neste contexto político, a recusa pura e simples da prisão não nos parece suficiente para modificá-la. Buscamos, por isso, criar mecanismos de resistência ao sistema prisional e, ao mesmo tempo, medidas emergenciais de contenção dos efeitos perversos do cárcere sobre as pessoas que estão atualmente presas (BRAGA; GENTILE; LOPES; MACHADO; SERRA, 2017, p. 6-7)

A ideia foi, portanto, estabelecer dentro das três entradas que foram disponibilizadas ao grupo, além de levar o livro para leitura, administrar discussões que fazíamos, em moldes e conteúdo parecidos, na Cadeia Pública de Franca. Dessa forma, ao longo das três horas de cada encontro, tentávamos resgatar discussões sobre temáticas preponderantes do título em questão: preconceitos de maneira geral, gênero, raça, família, amor, infância, entre outros temas.

1.2.1. Os encontros

As visitas passaram a ser organizadas três vezes por mês. A regra era que em três terças-feiras do mês uma das salas do espaço da escola fosse destinada às atividades do grupo por, aproximadamente, três horas (14h-17h). Chegávamos à cadeia antes das duas horas da tarde para realização dos procedimentos de entrada. Identificação na portaria, revista dos membros universitários, revista dos livros, entrega de documentos e passagem por entre as inúmeras grades que separavam o setor administrativo dos raio da unidade.

Cada visita era composta por seis membros universitários. O grupo organizava a dinâmica de entrada de modo que a cada semana se repetissem três extensionistas. Isso facilitaria a entrada de todos os membros a fim de oportunizar a criação de vínculos mais estreitos com os presos, conforme discutido internamente pelos membros extensionistas. Dessa forma, quase todas as terças-feiras do mês era possível encontrar em frente à biblioteca da UNESP ou na portaria, as camisetas em diversos tons de azul que levavam a marca do grupo.

Em nossos encontros sempre demarcamos a horizontalidade na atuação proposta enquanto coletivo, por isso, quando chegávamos, se as cadeiras já não estivessem dispostas em círculo, fazíamos questão de colocá-las, a fim de podermos construir aquele espaço de maneira mais igual e confortável possível. Os membros do grupo também se espalhavam por cada lugar. Como o intuito não era ensinar ou insistir numa comunicação vertical da transmissão de conhecimento, evitávamos ficar todos juntos à frente, dificultando direcionar os olhares e as vozes.

A primeira visita do mês era marcada pela apresentação dos livros. A escolha - entre membros presos e membros universitários - era, muitas vezes, precedida da aprovação da Diretora de Reintegração Social que repassava as informações ao Diretor da Escola e ao Diretor Geral da unidade.

Durante os primeiros encontros do ano, mas não ignorando as vontades trazidas no decorrer dos encontros, desenvolvíamos uma lista de possíveis títulos, com indicações tanto dos membros presos quanto dos membros universitários. Levando em consideração a disponibilidade e o acesso a essas obras, adquiríamos ou arrecadávamos na faculdade os títulos levantados. Depois de escolhido, distribuíamos os exemplares a cada um dos presos, que teriam três semanas para ler – e reler, como comumente acontecia – o livro.

Além da primeira oficina ser marcada pela entrega dos livros, quando já iniciado o projeto, ela também era marcada pela devolução das resenhas e um rápido feedback ao preso, informando se teria alcançado os requisitos para a resenha ser enviada ao juiz ou não. O momento era sempre muito esperado. O bloco de resenhas era dividido entre três

extensionistas, enquanto os outros três organizavam a sala e os materiais para iniciarmos a apresentação e distribuição do livro, a lista de chamada, entrega de certificados de conclusão do “ciclo de leitura” de determinado livro e eventuais comunicados.

De maneira geral, dávamos a informação se os requisitos foram ou não alcançados e líamos a parte que o “parecerista” deixava suas dicas e opiniões sobre a resenha, marcando os pontos principais a serem melhorados ou realçados nas próximas produções. Findo o feedback, iniciávamos a entrega e introdução à nova obra.

O segundo encontro, por sua vez, tinha como intuito a discussão dos pontos principais da obra. Geralmente, em nossas reuniões administrativas que precediam o encontro na penitenciária, organizávamos o conteúdo do debate, por ventura as dinâmicas e as opções audiovisuais que levávamos para discutir aquele assunto. Essas dinâmicas eram rodeadas de muita conversa e debates sobre detalhes do livro, pontos estes que serão aprofundados e discutidos posteriormente dentro do presente trabalho.

O terceiro, e último, encontro do mês era marcado pela confecção da resenha. Dos três momentos em que nos reuníamos, classificamos este último como sendo o mais formal de todos eles. Primeiro, pela disposição espacial da sala: todas as carteiras enfileiradas. Segundo, pela necessidade de se realizar uma espécie de “prova”. Por último, pelo fato de ser acompanhado por um número reduzido de extensionistas. Como nesse último momento só era designado para realização da resenha, nosso corpo de extensionistas era reduzido pela metade. Apenas 3 estudantes universitários compareciam para organizar o encontro.

A resenha feita não terminava o processo da remição. Aproximamos as etapas pela aprovação da resenha com as articulações por trás de formalizações de denúncias de tortura contidas no sistema carcerário fluminense, gravadas em relatório pela Defensoria Pública do Rio de Janeiro e analisadas por Rafael Godói (2019). Nesses relatórios, Godói identifica um escalonamento das hierarquias e uma transposição do perímetro penitenciário das relações estabelecidas intramuros, ideia que compartilhamos quando apontamos os caminhos da resenha até o proferimento da sentença:

(...) a formalização da denúncia de tortura depende ainda do envolvimento de outros atores compondo um agenciamento mais amplo, que ultrapassa os muros da prisão e alcança outros estratos da hierarquia administrativa estatal – como numa verdadeira “escalada” para fora e para cima dos limites prisionais. (GODOI, 2019, p. 152)

Num primeiro momento, somos nós, extensionistas universitários, quem corrigimos os textos. Utilizamos como base as diretrizes da Portaria Conjunta nº 001/2019 e assim elaboramos uma folha de correção que atende os requisitos formais do gênero textual de maneira transigente. A considerar a edição de 2019 do projeto, foi criada a comissão interna

composta pelos agentes administrativos da penitenciária que avaliaria a existência de plágios nos textos.

Passando pela análise interna da penitenciária, as resenhas eram enviadas diretamente ao juiz do DEECRIM da 6ª RAJ. Recebidas, o juiz abria vistas para o parecer do Ministério Público e, depois disso, encaminhava-se à defesa constituída ou à Defensoria Pública para seu próprio parecer. Depois, essas resenhas voltavam ao juiz para que ele proferisse a decisão declarando ou não os quatro dias remidos.

Assim, podemos dizer que as resenhas passam por uma cadeia de aprovações em que são submetidas à análise hierárquica do seu conteúdo e de suas formalidades. Da administração penitenciária, com sua comissão para detectar possíveis plágios, até a sentença proferida pelo juiz, há um escalonamento de poderes que colocam à prova a remição da pena. De qualquer maneira, a liberdade não se restringe à diminuição quantitativa da pena, mas na construção de espaços que permitam a livre expressão de ideias e sentimentos, em nosso entendimento experienciado enquanto grupo.

Abaixo, disponibilizamos as folhas de resenha. Essas folhas foram feitas pelo próprio grupo C.E.L., seguindo as diretrizes das portarias que guiavam a realização do projeto “Me Livro”. Depois de elaboradas, o grupo as enviava para os Diretores de Reintegração Social e da Escola para que fossem aprovadas.

A Figura 1 representa a primeira página da folha de resenha e conta com os aspectos formais para identificação do preso que escreve e também com orientações gerais para a elaboração do texto. As Figuras 2 é inteiramente destinada à escrita. A Figura 3, além do espaço para a escrita, possui algumas linhas para que o corretor possa apontar partes positivas a serem mantidas nas próximas resenhas e questões a serem melhoradas. Geralmente, durante os nossos “feedbacks”, informávamos sobre a aprovação ou não da resenha e líamos os comentários do corretor. A Figura 4, por sua vez, possui os parâmetros para que fossem corrigidas as resenhas.

O formato de “sim”, “não” e “parcial” foi proposto pelo grupo C.E.L. em contraponto à atribuição de notas em cada ponto. Além disso, aqui novamente há um espaço para comentários do corretor. Esse espaço poderia ser utilizado para informar a existência de trechos que continham plágios, por exemplo.

Figura 1 - Página 1 da folha de resenha



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Câmpus de Franca



C.E.L.
COMUNICAÇÃO, EXPRESSÃO E LIBERDADE

Projeto "Me Livro": Remição de Pena pela Leitura - Grupo "Cárcere, Expressão e Liberdade"
Nos termos da Recomendação de nº 44/2013, do Conselho Nacional de Justiça, das Portarias nº 02 de 2017, 04 de 2018 e Conjunta nº 01 de 2019, todas do DEECRIM da 6ª RAJ, e da Lei Estadual de nº 16.648, de 11/01/2018.

FICHA DE AVALIAÇÃO DA RESENHA CRÍTICA

Unidade prisional: PENITENCIÁRIA DE FRANCA/SP.

Número do Processo de Execução Criminal: _____.

Nome completo: _____ **Matrícula:** _____.

Obra: _____ **Autor:** _____.

Data da entrega dos livros: ___/___/____. **Data da aplicação da resenha:** ___/___/____.

Objetivos mínimos da resenha: 1) Estética do texto (respeito ao parágrafo, margens, letra legível e sem rasuras); 2) Limitação ao tema e ao conteúdo da obra literária; 3) Fidedignidade (proibição de resenhas idênticas ou cópias do texto da obra - plágio).

Alguns elementos esperados: 1) Principais acontecimentos do enredo da obra resenhada; 2) Principais personagens; 3) Tempo e cenário da obra; 4) Opinião do leitor sobre a obra e o seu conteúdo. Tamanho: até 60 linhas.


Enredo e elementos da obra resenhada:


1	_____
2	_____
3	_____
4	_____
5	_____
6	_____
7	_____
8	_____
9	_____
10	_____
11	_____
12	_____
13	_____
14	_____

Para uso exclusivo no Projeto "Me Livro": Remição de Pena pela Leitura - Grupo "Cárcere, Expressão e Liberdade" 1

Fonte: arquivos do grupo "Cárcere, Expressão e Liberdade"

Figura 2 - Página 2 da folha de resenha

 **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Câmpus de Franca

 **C.E.L.**
CÁRCERE, EXPRESSÃO E LIBERDADE


Projeto "Me Livro": Remição de Pena pela Leitura - Grupo "Cárcere, Expressão e Liberdade"
Nos termos da Recomendação de nº 44/2013, do Conselho Nacional de Justiça,
das Portarias nº 02 de 2017, 04 de 2018 e Conjunta nº 01 de 2019, todas do DEECRIM da 6ª RAJ, e
da Lei Estadual de nº 16.648, de 11/01/2018.

15 _____
16 _____
17 _____
18 _____
19 _____
20 _____
21 _____
22 _____
23 _____
24 _____
25 _____
26 _____
27 _____
28 _____
29 _____
30 _____
31 _____
32 _____
33 _____
34 _____
35 _____
36 _____
37 _____
38 _____
39 _____
40 _____
41 _____


Para uso exclusivo no Projeto "Me Livro": Remição de Pena pela Leitura - Grupo "Cárcere, Expressão e Liberdade" 2

Fonte: arquivos do grupo "Cárcere, Expressão e Liberdade"

Figura 3 - Página 3 da folha de resenha



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Câmpus de Franca



C.E.L.
CÁRCERE, EXPRESSÃO E LIBERDADE

Projeto "Me Livro": Remição de Pena pela Leitura - Grupo "Cárcere, Expressão e Liberdade"
Nos termos da Recomendação de nº 44/2013, do Conselho Nacional de Justiça,
das Portarias nº 02 de 2017, 04 de 2018 e Conjunta nº 01 de 2019, todas do DEECRIM da 6ª RAJ, e
da Lei Estadual de nº 16.648, de 11/01/2018.

42 _____

43 _____

44 *Opinião crítica sobre a obra e o seu conteúdo:*

45 _____

46 _____

47 _____

48 _____

49 _____

50 _____

51 _____

52 _____

53 _____

54 _____

55 _____

56 _____

57 _____

58 _____

59 _____

60 _____

PARA ASSINATURA NA DATA DA APLICAÇÃO DA RESENHA:

Autor da Resenha Crítica

Integrante do Grupo CEL (aplicação)


Penitenciária de Franca (aplicação)

Para uso exclusivo no Projeto "Me Livro": Remição de Pena pela Leitura - Grupo "Cárcere, Expressão e Liberdade"


3

Fonte: arquivos do grupo "Cárcere, Expressão e Liberdade"

Figura 4 - Página 4 da folha de resenha



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
 Câmpus de Franca



Projeto "Me Livro": Remição de Pena pela Leitura - Grupo "Cárcere, Expressão e Liberdade"
 Nos termos da Recomendação de nº 44/2013, do Conselho Nacional de Justiça, das Portarias nº 02 de 2017, 04 de 2018 e Conjunta nº 01 de 2019, todas do DEECRIM da 6ª RAJ, e da Lei Estadual de nº 16.648, de 11/01/2018.

ANÁLISE DE RESENHA CRÍTICA RELATIVA AO PROJETO "ME LIVRO"
PARA PREENCHIMENTO EXCLUSIVO DE PARECERISTA DO GRUPO "CÁRCERE, EXPRESSÃO E LIBERDADE"

Nome da/o Parecerista: _____			
Função: integrante do Grupo CEL. Data da correção e análise: ____ de _____ de ____.			
Parecer preliminar (a resenha é válida ou não para a remição de pena) (SIM ou NÃO): _____			

Critérios para análise das resenhas (de adequação à proposta):	SIM	NÃO	PARCIAL
1. Estética do texto (parágrafo; ausência de rasura; margem; letra cursiva; legível).			
2. Referência bibliográfica correta.			
3. Domínio do conteúdo da obra.			
4. Clareza na apresentação das ideias.			
5. Organização na apresentação das ideias.			
6. Relevância das informações escolhidas para contar na resenha.			
7. Limitação ao tema.			
8. Coerência.			
9. Posicionamento crítico.			
10. Domínio da norma culta da língua.			
11. Fidedignidade.			

CONSIDERAÇÕES E CONCLUSÃO DA/O PARECERISTA SOBRE A RESENHA CRÍTICA:

PARA ASSINATURA NA DATA DA CORREÇÃO E DO ENVIO DA RESENHA:

Integrante do Grupo CEL (Parecerista)
Penitenciária de Franca (envio ao DEECRIM)

Para uso exclusivo no Projeto "Me Livro": Remição de Pena pela Leitura - Grupo "Cárcere, Expressão e Liberdade" 1

Fonte: arquivos do grupo "Cárcere, Expressão e Liberdade"

1.2.2 Os livros e as discussões

Apesar de não reduzir as nossas discussões em torno dos "segundos" encontros, pois são aqueles em que são feitas as dinâmicas e discussões sobre pontos centrais do livro e momento no qual temos maior liberdade para conversas provenientes da obra, ali se localizam o maior número de informações quando procuramos encontrar o que se lê dentro do cárcere. Além de indicar as próprias leituras, a busca pelo que se lê remonta à ideia de se pesquisar.

[...] A leitura do mundo precede sempre a leitura da palavra e a leitura desta implica a continuidade daquela. [...] este movimento do mundo à palavra e da palavra ao mundo está sempre presente. Movimento em que a palavra dita flui do mundo mesmo através da leitura que dele fazemos. (FREIRE, 2003, p. 20)

O primeiro encontro, sobre o livro “Capitães da Areia”⁵, tinha como objetivo a discussão sobre infância e racismo, contudo, um dia antes do encontro, fomos avisados sobre a suspensão da visita em virtude de um “alerta geral” por conta da transferência de presos considerados “lideranças” do Primeiro Comando da Capital (PCC), do interior de São Paulo para penitenciárias federais. De modo que o PCC é a liderança que comanda a penitenciária em que atuamos, fazia sentido a preocupação.

A entrada na cadeia é permeada por diversos fatores que se amontoam muito além dos braços que a extensão consegue alcançar. O poder punitivo que paira no ambiente e a administração extremamente burocrática e rigorosa fazem com que a possibilidade de arbitrariedades seja uma ameaça em potencial nos nossos encontros. Daí mais um motivo para, ao mesmo tempo de tecer bons relacionamentos com a administração penitenciária, não naturalizá-la como tal.

O segundo encontro foi sobre a obra “Todo Dia”⁶. Propomos a exibição de um vídeo sobre “simpatia” e “empatia”, leituras de trechos da obra associados a essa temática e no final a leitura de um texto chamado “Linhas tênues: sobre dinâmicas afetivas e sobrevivência”, de Joice Berth. Tratarei no próximo capítulo das discussões em questão, mas a temática levantada contornou a discussão sobre a quem cabe empatia ali dentro, contrapondo os próprios presos aos agentes de segurança.

O encontro, debatido internamente em reunião do grupo, foi elencado como “ponto de virada” em nossa participação na penitenciária, com aprofundamento em assuntos mais densos e aberturas nunca antes experimentadas.

O próximo título foi “A Revolução dos Bichos”⁷. A dinâmica pensada foi a apresentação de um trecho do filme “O Encouraçado Potemkin” e “A Revolução dos Bichos”, além do clipe de uma música homônima, composta e interpretada pelo grupo de rappers Amaro. Por último, reservamos a discussão sobre algumas tirinhas. Como de praxe, todo o material audiovisual que o grupo levava passava, previamente, pelo crivo do agente de segurança responsável pelo espaço da escola. Esse agente, naquela ocasião, pediu que retirássemos de pauta duas tirinhas: as duas que direcionavam uma forte crítica à atuação da polícia militar.

⁵ Livro escrito por Jorge Amado, lançado no ano de 1937 e trabalhado pelo grupo no mês de fevereiro de 2019. Conta a história de um grupo de crianças em situação de rua na cidade de Salvador/BA, apresentando suas vidas, suas formas de sobrevivência e também seus sonhos e vontades.

⁶ Livro escrito por David Levithan, lançado no ano de 2012 e trabalhado pelo grupo no mês de março de 2019. Conta a história da personagem “A”, uma espécie de consciência que troca de corpos dia após dia.

⁷ Livro escrito por George Orwell e lançado no ano de 1945 e trabalhado pelo grupo no mês de abril de 2019. Conta a história de uma insurreição dos animais de uma granja contra seus donos, culminando em um regime de governança totalitário por parte dos próprios animais.

Apesar do entrave, a discussão não arrefeceu por conta disso. A partir do material levado, discutimos temas como: o conceito de classes sociais, mais-valia, burguesia, proletariado, empresário, trabalhador, relacionando o poder conferido a cada um deles dentro do próprio sistema de justiça. “A burguesia põe as normas dela”⁸, disse, a certo tempo, um dos presos participantes. Outro disparou: “a maioria da população brasileira não sabe da lei; só sabe das leis por que... quando se depara com elas”⁹.

Em “Fahrenheit 451”¹⁰ o tema da vez foi “fake news”. Levamos algumas notícias, umas nitidamente esdrúxulas, outras muito sérias e outras que transitavam entre esses dois polos. Esse encontro atravessou o debate das notícias, se encaminhou para discussões sobre a utilização das fake news nas eleições, com o “kit gay”, o descontentamento com o governo Bolsonaro, declarações alegres sobre a volta do ex-presidente Lula, sobre a vereadora Marielle Franco e o apagamento da memória através da dificuldade de se restabelecer o contato com um livro depois de sair da escola: “eu me formei em 2001 na escola e voltei a ler um livro na vida em 2018 [com a entrada no projeto de remição]”¹¹.

Em “Mayombe”¹², a temática seria uma discussão sobre “esquerda” e “direita”, discussão esta que foi prontamente complementada pela dificuldade de alguns termos e temas levados pelo grupo, segundo um membro preso. A deixa propiciou que o encontro não se esgotasse ali, na construção de definições e na elaboração de conhecimento sobre os temas, mas numa mudança de perspectivas.

Um dos presos mais experientes do grupo questiona o extensionista responsável por elaborar os relatórios, perguntando a ele o que ele considerava reintegração social. A discussão, a partir de então, foi muito mais sobre nós, sobre a nossa atuação e sobre nossas dificuldades ao entrar no cárcere. A certo ponto, uma potente definição de reintegração emergiu de um dos membros presos: a reintegração social como uma janela de amizade.

A janela de amizade é erguida encontro após encontro, com aberturas e doações feitas de ambos os lados. É comum conversarmos sobre a angústia trazida pelo cenário político, sobre as curiosidades do que acontece no processo de um ou de outro que se sente aberto a conversar, de trocarmos experiências sobre a novela da programação aberta ou sobre o jogo

⁸ Trecho retirado do encontro do dia 16/04/2019 sobre o livro “A Revolução dos Bichos”

⁹ Trecho retirado do encontro do dia 16/04/2019 sobre o livro “A Revolução dos Bichos”

¹⁰ Livro escrito por Rad Bradbury, lançado em 1953 e trabalhado pelo grupo no mês de maio de 2019. Conta a história de uma sociedade distópica em que os livros são proibidos e o pensamento crítico é duramente reprimido.

¹¹ Trecho retirado do encontro do dia 22/06/2019 sobre o livro “Fahrenheit 451”

¹² Livro escrito por Pepetela, pseudônimo do autor Artur Carlos Maurício Pestana, lançado em 1980 e trabalhado pelo grupo no mês de junho. Conta a história de guerrilheiros que lutam pela independência angolana e contra a colonização portuguesa.

de futebol. A natureza político-metodológica do nosso fazer extensionista perfaz a necessidade de estarmos dentro da cadeia para criticá-la, nos posicionando contra as atitudes de violência e encarceramento em massa do próprio Estado.

São por esses caminhos que o grupo “Me Livro” se estabelece como organismo dentro da penitenciária, em vias de construção conjunta de liberdades e, fazendo o possível para que os acontecimentos intra e extra muros continuem a extravasar de um lado para o outro, enquanto houverem muros. A cadeia se constitui, como considerou Antônio Rafael Barbosa, “na medida do seu atravessamento” (2005, p. 317).

O mês seguinte foi marcado pela leitura de “O Menino do Pijama Listrado”¹³. Talvez pela existência de filme homônimo ou pela fama que o livro adquiriu depois de publicado, a verdade é que, em unanimidade, o grupo tinha lido o livro. Alguns dos presos afirmaram até mesmo que conseguiram reler a obra. A popularidade do livro aliada à temática ajudou na releitura. Como veremos no próximo capítulo, o título foi responsável por uma série de comparações à realidade prisional daquela unidade. Houve, também, a menção ao fato da emoção contida nas cenas: “eu até fiquei emocionado pelo menino, mas eu não chorei não... [porque] eu sou barra pesada...”¹⁴, menciona um dos membros. Em um momento de descontração, essa popularidade fez com que alguns participantes questionassem os universitários se eles teriam mesmo lido o livro.

Excepcionalmente com esse livro, tivemos, logo no primeiro encontro, uma dinâmica sobre “dignidade” e “liberdade”. Através de recorte e colagens, pudemos construir o que, para cada um de nós, significavam essas palavras.

A dinâmica sobre o conteúdo foi uma das mais impactantes quando colocadas todas as experiências do grupo em tela. Num primeiro momento, foram apresentadas imagens do período de regime nazista que cruzou a Alemanha, principalmente no que toca os campos de concentração. Henrique¹⁵, um dos presos, exclamou ao ver a imagem de um campo de concentração: “Nossa, mas isso aí é uma penitenciária!”. As semelhanças, ainda mais com a arquitetura proposta pela Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) nas unidades penitenciárias paulistas, gritavam aos olhos.

¹³ Livro escrito por John Boyne, lançado em 2006 e trabalhado pelo grupo no mês de agosto de 2019. Conta a história da amizade entre duas crianças, uma delas era filho de um comandante do exército alemão nazista e a outra se encontrava presa em um campo de concentração.

¹⁴ Trecho retirado do encontro do dia 20/08/2019 sobre o livro “O Menino do Pijama Listrado”

¹⁵ Todos os nomes de membros participantes presos são fictícios. Como nos utilizamos da condição de extensionistas e a partir dela analisamos os relatórios produzidos pelo grupo C.E.L, por uma questão de ética, escolhemos ocultar os nomes reais.

Imersos na história, propomos uma dinâmica dos rótulos, em que cada um dos membros do grupo teria uma etiqueta colada na testa e que, no decorrer do encontro, a função do grupo seria juntar essas pessoas por “grupos”, tomando por critério quais delas se sentariam numa mesma mesa de bar, por exemplo, para trocarem conversas e experiências. O resultado foi: grupo 1 continha o rótulo de prostituta, nazista e travesti; grupo 2 continha o rótulo de bem-sucedido, banqueiro, Neymar Jr. e Edir Macedo; o grupo 3 continha o rótulo de Lula e desempregado; o grupo 5 continha o rótulo de professor, ministro da educação, estudante e escritor, e o grupo 6 continha o rótulo de soldado, policial, preso e Bolsonaro.

O grupo 1, segundo explicações, foi reunido a partir dos rótulos que a sociedade coloca, segundo a definição de um membro preso. O grupo 2 e o 4 foram reunidos pela proximidade lógica entre os seus componentes. No grupo 3, uma das explicações ouvidas foi a de que apesar de Lula estar preso (à época), em sua gestão como presidente o Brasil teve muito emprego. Por último, o grupo 5 se constituiu pela pauta “educação” em comum, e o grupo 6 foi reunido na medida em que se pautou a campanha presidencial de Jair Messias Bolsonaro e dos anos iniciais do seu governo.

Guilherme apontou que “segurança pública” era a prioridade do governo. Matheus, por sua vez, foi mais incisivo e seu raciocínio nos diz muito do que até então conhecíamos e do que passamos a conhecer: “Então, qual é a luta do Bolsonaro? Pela política e contra o preso...”¹⁶. Finalizamos, por fim, com a exibição de trechos do filme.

Pelo fato do livro “Sobrevivendo no Inferno” não ter recebido aprovação do Diretor da Unidade e nem do Diretor da Educação, substituímos o título por outro com tom diverso e temática distante daquele dos Racionais MC’s: “O Conto da Aia”¹⁷.

Em virtude dos acontecimentos e como havíamos “perdido” um dia por conta dos entraves com o livro dos Racionais MC’s, as discussões do nosso último livro foram motivadas pela apresentação de trechos do primeiro episódio da série, “Offred”, momento em que foram ressaltadas às críticas ao patriarcado, ao machismo e à misoginia presentes na produção televisiva baseada no título. Até mesmo uma comparação da situação de mulheres negras escravizadas no Brasil com as mulheres da série foi erguida por Augusto, um dos presos do grupo.

¹⁶ Trecho retirado do encontro do dia 20/08/2019 sobre o livro “O Menino do Pijama Listrado”

¹⁷ Livro escrito por Margareth Atwood, lançado em 1985 e trabalhado pelo grupo em setembro de 2019. Conta a história de uma sociedade em um futuro próximo, submetida a um governo fundamentalista cristão em que, além das proibições próprias de um governo totalitário, também se constituía a partir da exploração doméstica e sexual das “aias”.

1.3 Encontro de saberes: desafios e hierarquias no campo da epistemologia

Não buscamos referenciar as obras de egressos que já constituíram reflexões sobre o cárcere ou pessoas que ainda se encontram em cumprimento de pena. Pretendemos contribuir para uma reflexão epistemológica no campo dos estudos prisionais, promovendo o exercício político-analítico que perfaz teoria e prática do conhecimento, dentro do eixo pesquisa-extensão.

O corpus empírico da pesquisa será composto pelas sistematizações das reuniões dentro do cárcere, mas também conterà sistematizações de reuniões administrativas do grupo, reuniões estas em que se discutiam as obras a serem escolhidas e a motivação de escolha de cada uma dessas obras. No ano de 2019 foram discutidas e resenhadas seis obras, dessa forma, foram, ao todo, catalogadas 21 (vinte e uma) sistematizações em “relatórios” produzidos a cada encontro e disponibilizados no acervo do próprio grupo.

Esses relatórios, ao decorrer da existência do grupo, sempre foram realizados pelos próprios extensionistas e o intuito era o de criação de um repertório para realização de futuras pesquisas.

Investigamos a possibilidade de interpretar e buscar indícios a partir das reflexões estabelecidas pela discussão da obra que nortearam a reflexão dos presos após a leitura (GONÇALVES, 2012. p. 45). É pensar como a readequação de lugares na narrativa do sistema de justiça criminal, sendo que a partir dela a pessoa presa, assim como a arquivada, estudada por Arlette Farge, ganha lugar em que poderá contar sua verdade através de suas próprias experiências (FARGE, 2009, p.13).

Não há expectativa, nesse contexto, de encontrar e analisar “melhora” nos indivíduos participantes das atividades, pois isso pressupõe a entrega de um modelo verticalizado da produção e análise do conhecimento desenvolvido. A própria dificuldade de análise em virtude de uma análise proveniente de “terceiros”, como é o caso do relatório, sobrepõe-se pela utilização do pesquisador-extensionista, que confirma as colocações desenvolvidas nos relatórios.

Os relatórios, apesar de terem sido elaborados por terceiros, membros da equipe, passavam por uma espécie de “revisão” sempre que aquele quem elaborou disponibilizava em nossos grupos e meios de conversa. O intuito era constituir um relatório com as maiores informações possíveis, produzindo um documento que pudesse englobar além das visões de realidade diferentes, informações que passaram despercebidas por quem relatava no momento das oficinas.

A ideia aqui é não conferir à leitura um caráter superpoderoso, mas como um processo de busca sobre si mesmo e sobre o mundo. Não se trata de humanização de seres humanos que já se encontram humanizados por si só, nem de análise de “melhora” ou capacidade de raciocínio, mas de uma experiência humanizadora por si só (GONÇALVES, 2012, p. 31).

Mais à frente, na seção sobre a categoria do “crivo penitenciário”, iremos desenvolver aspectos significativos conduzidos por Denise Carrascosa França (2018) em sua tese de doutorado. Antecipando, deixamos abaixo um posicionamento que também dialoga com as dificuldades discutidas na presente seção:

O que hipotetizo, até este ponto, para além da análise dos escritos de Luiz Alberto Mendes, e a partir dos mesmos, é a potência desta escrita de si como uma “contra-técnica” de si, via encenação de sua própria vida pela tessitura de uma memória narrativa, que pode vir a servir como ferramenta política de aprendizagem para assumir posições mais ativas nas dinâmicas de força da vida social. (FRANÇA, 2018, p. 118)

Passamos a estruturar um pensamento que encontra a problemática envolta aos sistemas de poder, passando por sobre os sistemas interpretativos que validam o conhecimento e, antes disso, sobre quais pressupostos esse conhecimento vai se sedimentar. Patrícia Hill Collins (2018) coloca importância central na questão epistemológica pois é ela quem determina o que merece ser investigado, quais marcos interpretativos serão utilizados e qual o fim destinado a esse conhecimento produzido (p. 535).

Ainda, em “Pensamento Feminista Negro”, Collins coloca em jogo uma possível discussão acerca do espaço conferido à academia e a valoração dos saberes desenvolvidos por mulheres negras nos Estados Unidos:

Senti que era importante analisar a complexidade de ideias que existem tanto na vida acadêmica quanto na vida cotidiana e apresentar essas ideias de uma maneira acessível, sem que isso as tornasse menos poderosas ou rigorosas. Abordar a teoria dessa forma desafia tanto as ideias das elites cultas quanto o papel da teoria na manutenção das hierarquias de privilégio. (2018, p. 22)

As potencialidades provenientes do questionamento ou até mesmo da quebra dessas hierarquias de privilégio, utilizando a presente pesquisa por referência, pode servir para questionar as bases em que se consolida a própria criminologia, mais detidamente a criminologia crítica brasileira. A produção teórica dessa criminologia, de forma geral, apesar de tocar a empiria em alguns momentos, não alcança o cárcere e os presos a ponto de considerá-los como produtores de um conhecimento passível de ser assimilado pelos estudos na área.

Com isso, pretendemos expor e aproximar que os saberes construídos a partir do cárcere são capazes de provocar rupturas próximas às ideias trazidas pela Criminologia dos Condenados. Isto é, o ponto de partida para uma análise desde os pressupostos científicos seria outro, a saber: o de dentro da cadeia pelos próprios presos. Não iremos aprofundar a

discussão nesse marco, mas apenas direcionar que a virada de chave epistemológica também está presente em nossas discussões, quando os presos tocam em assuntos como, por exemplo, a reintegração social.

Embora, segundo Sacha Darke e Andreas Aresti (2016), a Criminologia dos Condenados tenha foco em um saber produzido a partir do ensino superior direcionado a questionar, cientificamente, as experiências causadas pelo encarceramento, o papel do projeto “Me Livro”, conforme entendemos enquanto extensionistas, quando da atuação de seus participantes, desafia o viés criminológico hegemônico articulando suas próprias experiências e perspectivas analíticas.

Quando realizamos essa crítica epistemológica sobre a produção do saber cientificamente válido em contraponto ao saber hierarquicamente suprimido, criticando os marcos da criminologia crítica brasileira, também pode ser questionada a posição de privilégio que ocupamos e a partir da qual desenvolvemos o presente trabalho. Enquanto pesquisador, acumulo privilégios dos mais variados em relação aos membros presos do projeto: universitário, branco e classe média são alguns deles.

Um dos próprios membros presos, certa vez, indagou um de nós, universitários, com o seguinte questionamento: “você se acha igual a nós?”¹⁸. Por isso, não estamos distantes das posicionalidades que criticamos, mas a experiência com o “Me Livro” e a identificação de seus membros presos como sujeitos ativos na produção do conhecimento auxiliaram em nosso local enquanto detentores de uma posição avantajada na circulação de conhecimento científico e, academicamente, válido.

Portanto, muito mais que encontrar o que está contido nas produções a partir das discussões e leituras do livro, optamos por utilizar o intercâmbio entre a atividade de extensão universitária e a prisão, utilizando-nos de um lócus privilegiado, para trazer vozes hierarquicamente silenciadas, as quais, muitas vezes, encontram-se para a academia apenas como objetos de estudo e não como porta-vozes de suas vivências:

Alguns podem argumentar que o primeiro autor, que nunca foi prisioneiro, não tem a experiência necessária para pesquisar dentro da perspectiva do CC. No entanto, é uma falácia epistemológica fazer uma distinção tão clara entre aqueles que experimentaram a prisão, por um período longo ou curto, e aqueles que nunca estiveram presos. Além disso, CC está, em última análise, preocupado em desafiar hierarquias de conhecimento, não criar novas hierarquias de conhecimento. Experiências de primeira mão podem ser utilizadas, às vezes melhor utilizadas por meio de pesquisa e estudo colaborativos. Nossos mentores acadêmicos e alunos da Universidade de Westminster não estão apenas comprometidos em ajudar os prisioneiros. As universidades se beneficiam da pesquisa e do estudo com os presos

¹⁸ Trecho retirado do encontro do dia 22/05/2019 sobre o livro “Fahrenheit 451”

tanto quanto os presos se beneficiam da pesquisa e do estudo com as universidades. (DARKE; ARESTI, 2016, p. 28, tradução nossa)¹⁹

1.4 Metodologia

Para realização dos objetivos elencados como fruto do presente trabalho, mobilizamos a análise de conteúdo. Apesar de trabalharmos com documentos, partindo dos relatórios elaborados e colhidos durante um ano de projeto, e até mesmo as resenhas, num segundo plano, a presente pesquisa está localizada e pretende se debruçar desde o campo do saber, e não na significação dos documentos elaborados nesse contexto.

Andréa Depieri (2017) nos apresenta importantes fundamentos por trás da análise de documentos que nos fazem colocar a pesquisa por nós desenvolvida num patamar à margem dessa análise, como por exemplo: verificar a procedência de um documento, a veracidade quanto aos fatos narrados, a representatividade e os sentidos que partem dessa própria análise. Contudo, a autora também nos orienta:

A grande desvantagem da pesquisa documental reside no fato de que todo o trabalho de verificação quanto a autenticidade, credibilidade, representatividade e sentido do documento, ou ainda a análise dos seus elementos extrínsecos e intrínsecos para realização da crítica diplomática, podem não ser suficientes diante da complexidade de determinados problemas de pesquisa. Nesse sentido a coleta e seleção da fonte documental, que inclui checar sua procedência e tudo mais, passa a ser uma fase preliminar da pesquisa, que se desenvolverá a partir de um outro método de pesquisa escolhido para tratamento dos dados obtidos através dos documentos. (2017, p. 222)

A partir de então, passamos a utilizar a análise de conteúdo para lidarmos com os pontos retirados dos relatórios. Para Bardin, a análise de conteúdo possibilita encontrar, a partir de técnicas de análise de comunicações, “indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (2016, p.25).

Uma outra definição, mais direta e que se aproxima do que pretendemos produzir, é a de que a análise de conteúdo é a descoberta daquilo que está por trás dos conteúdos propriamente manifestados, isto é:

A matéria-prima da análise de conteúdo pode constituir-se de qualquer material oriundo de comunicação verbal ou não-verbal, como cartas, cartazes, jornais, revistas, informes, livros, relatos auto biográficos, discos, gravações, entrevistas, diários pessoais, filmes, fotografias, vídeos, etc. Contudo os dados advindos dessas diversificadas fontes chegam ao investigador em estado bruto, necessitando, então,

¹⁹ Do original em inglês: “Some might argue that the first named author, who has never been a prisoner, does not have the requisite experience to research within the CC perspective. Yet it is an epistemological fallacy to make such a clear distinction between those that have experienced prison, for however long or short a period, and those that have not.11 Besides, CC is ultimately concerned with challenging hierarchies of knowledge, not creating new hierarchies of knowledge. First hand experiences can be utilised, sometimes better utilised through collaborative research and study. Our academic mentors and University of Westminster students are not just committed to helping prisoners. Universities benefit from researching and studying with prisoners as much as prisoners benefit from researching and studying with universities”.

ser processados para, dessa maneira, facilitar o trabalho de compreensão, interpretação e inferência a que aspira a análise de conteúdo. (MORAES, 1999, p. 2)

Essa noção é central para o nosso trabalho, tendo em vista que desde o começo apresentamos que o posicionamento do grupo, e o meu enquanto membro da extensão, é inteiramente contrário às dinâmicas prisionais e à instituição como um todo. Logo, utilizamos dessa posição institucionalmente dada, a saber, a de realização do projeto de remição pela leitura, para questionarmos as hierarquias exercidas sobre a cadeia em seus mais diversos campos. Dito isso, analisar por trás dos conteúdos propriamente manifestados é analisar o que a leitura no projeto de remição possibilitou para além da própria remição.

Na primeira etapa, conhecida por “pré-análise”, escolhido o corpus através da chamada regra de representatividade – parte representativa do universo inicial –, a saber, 21 relatórios da edição de 2019 do projeto “Me Livro”, e delimitados os objetivos, os quais já foram debatidos nas seções anteriores, preparamos o material a partir da identificação dos índices e elaboração dos indicadores que orientaram a própria análise.

O índice foi constituído a partir de menções explícitas de uma determinada temática contida nas falas dos membros presos. O indicador, por sua vez, correspondeu à frequência que foi mobilizada aquela temática, conforme base teórica apresentada por Bardin (2016, p. 65).

Adiante, na segunda etapa, com os índices e indicadores já formulados, passamos à exploração do material, momento em que se dá a sistematização do que foi pré-selecionado no momento anterior. A etapa presente é dividida em codificação e categorização.

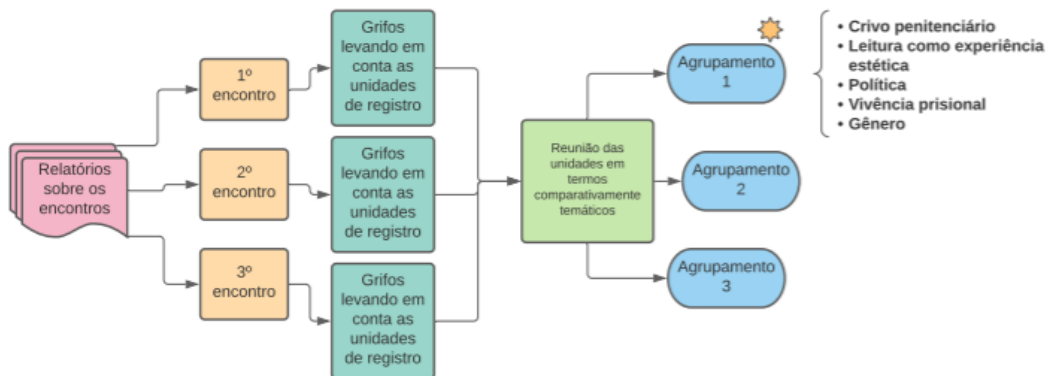
A codificação é responsável por definir as unidades de registro e de contexto. Moraes (1999) relata que uma unidade de contexto, geralmente, é responsável por conter diversas unidades de registro. Utilizamos como regra de contagem para identificar as unidades de registro, majoritariamente, a frequência ponderada, já que unidades de registro que apresentem temáticas próximas às discussões levantadas pelos livros, para fins da presente pesquisa, foram mais relevantes. Contudo, não podemos deixar de lado a regra que leva em consideração a intensidade da informação despejada, central para constituirmos, como mostraremos, uma de nossas categorias.

Analisado o conteúdo, obtivemos como resultado três agrupamentos: 1) unidades de contexto com temática relacionada aos livros contendo as vivências dos próprios presos; 2) unidades de contexto que partiram da discussão sobre o livro, mas que envolviam a atuação do próprio grupo C.E.L.; 3) assuntos que correspondiam ao cotidiano prisional, mas que não remetiam às temáticas dos livros. Para fins da presente pesquisa, utilizaremos apenas o primeiro agrupamento com as categorias que ali foram encontradas.

Para adequação aos objetivos do presente trabalho, analisamos somente o agrupamento 1. A partir desse agrupamento, foram destacadas dimensões de análise, cada dimensão contendo suas categorias. Na dimensão política-epistemológica, temos como categoria o que chamamos de “crivo penitenciário”. Na dimensão temática, temos a ocorrência da categoria “política”, da categoria “vivência prisional” e da categoria “gênero”. Na dimensão subjetiva, temos como categoria a leitura como experiência estética e os seus desdobramentos ético-políticos.

Por último, ressaltamos a partir de que regra cada categoria foi constituída. As categorias “crivo penitenciário”, “política”, “vivência prisional” e “gênero” foram constituídas a partir da frequência ponderada, tendo em vista a incidência de relatos com esses mesmos assuntos em diferentes livros. Por outro lado, a categoria que envolve a leitura estética foi constituída a partir da intensidade da informação despejada, valorando relatos de discussões relevantes, mas pontuais. Por isso, cada categoria está amparada sob uma dimensão, dimensão esta que indicará a maneira pela qual foi analisada a(s) categoria(s).

Figura 5 - Fluxograma sobre a metodologia



Fonte: autoria própria

Lembramos, ainda, que além dos relatórios de cada um dos encontros que tivemos ao longo do ano de 2019, utilizamos para a pesquisa registros de reuniões internas do grupo C.E.L. em que se discutia, por exemplo, a escolha dos livros, as opiniões dos participantes presos sobre um determinado tipo de leitura, situações excepcionais que ocorriam durante os

encontros, como a presença de agentes penitenciários ou a impossibilidade, algumas vezes, de sentarmos em roda.

Optamos por utilizar esses documentos como fonte subsidiária de análise de momentos pontuais, tendo em vista que o seu conteúdo partia dos extensionistas e de suas próprias discussões, e, dessa forma, não caberia, por óbvio, identificá-los nas dimensões acima descritas.

Além disso, como iremos mencionar no decorrer da análise do corpus empírico, alguns momentos da categoria “crivo penitenciário” foram estruturados durante a própria identificação e análise da categoria, fazendo com que o campo extrapolasse os limites temporais e geográficos da edição em questão do projeto “Me Livro”. Esse é o momento em que reunimos junto à Fundação “Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel” (FUNAP) para discutir os caminhos futuros do C.E.L. dentro da penitenciária.

Enquanto pesquisador e extensionista presente na reunião, identifiquei como sendo um importante momento para que pudéssemos ler a categoria em que tratamos da censura e do controle interno sobre o conhecimento dos membros presos e sobre as leituras, dinâmicas, imagens, vídeos, charges etc. que poderiam entrar ou não no cárcere.

Foram por esses caminhos que propusemos a análise de uma construção coletiva do conhecimento, levando em consideração tudo o que foi produzido a partir do cárcere, por pessoas presas que viviam aquela realidade, colocando-nos numa posição secundária e, no máximo, complementar – em momentos pontuais – acerca das questões.

CAPÍTULO 2: A LEITURA COMO MUNIÇÃO

“O poder que espreitava essas vidas, que as perseguiu, que prestou atenção, ainda que por um instante, em suas queixas e em seu pequeno tumulto, e que as marcou com suas garras, foi ele que suscitou as poucas palavras que disso nos restam; seja por se ter querido dirigir a ele para denunciar, queixar-se, solicitar, suplicar, seja por ele ter querido intervir e tenha, em poucas palavras, julgado e decidido. Todas essas vidas destinadas a passar por baixo de qualquer discurso e a desaparecer sem nunca terem sido faladas só puderam deixar rastros – breves, incisivos, com frequência enigmáticos – a partir do momento de seu contato instantâneo com o poder. De modo que é, sem dúvida, para sempre impossível recuperá-las nelas próprias, tais como podiam ser “em estado livre”; só podemos balizá-las tomadas nas declamações, nas parcialidades táticas, nas mentiras imperativas supostas nos jogos de poder e nas relações com ele.” (FOUCAULT, 2003, p. 4)

A produção do material explicitada na seção “Metodologia” e a escolha daquilo que analisaremos na presente pesquisa foi direcionada a partir de três dimensões analíticas: política-epistemológica, temática e subjetiva-estética. A primeira surgiu do fato ocorrido no decorrer do projeto em 2019, presenciado por nós e documentado nos relatórios. Trata-se da entrada do livro “Sobrevivendo no Inferno”, a qual culminou na análise do “crivo penitenciário” presente na escolha e nos desdobramentos críticos oriundos das obras, compactuando com os objetivos “a” e “b” (quais as hierarquias produzidas a partir do saber que se constitui no decorrer das leituras do grupo e a discussão sobre a existência de um saber constituído ameaçado ou confrontado, respectivamente) previstos no capítulo anterior.

A segunda, por sua vez, é aquilo que entendemos como dimensão temática, identificando os temas que mais apareceram no decorrer dos nossos encontros. A terceira é o que entendemos como dimensão estética da leitura, e como as interpretações das obras foram capazes de possibilitar uma produção formal dos saberes a partir de um projeto de remição. Ambas as dimensões dialogam com os objetivos “c” e “d” (por quais caminhos passam os saberes envolvidos até se constituírem como tal e os processos de atribuição do valor ao saber que se é produzido pelos próprios presos, respectivamente) do capítulo anterior.

No caminho do “crivo penitenciário” como primeira categoria da análise, procuramos passagens que identificassem a censura de obras, de materiais e dinâmicas para as oficinas, bem como a participação de agentes de segurança em nossos encontros, suas opiniões sobre as obras, da participação destes em nossos encontros, tendo em vista que nem sempre havia um agente em nossas visitas.

Por sua vez, a partir da pertinência temática, procuramos a abordagem de assuntos que se repetiam independente da escolha dos livros e das dinâmicas das oficinas. Aqui, o intuito foi o de valorar, a partir do peso que cada temática possuía no interior penitenciário, os caminhos pelos quais os membros presos gostariam de levar às visitas.

Por último, analisando a dimensão subjetiva da leitura, procuramos as interpretações feitas pelos membros presos a partir de assuntos tocados pelas obras. A experiência estética, ao contrário da pertinência temática, possui particularidades, que trataremos em seção específica, que não se satisfaz apenas pela reiteração de assunto, mas pelo deslocamento desses assuntos para além do livro.

Dessa forma, o título desse capítulo procura interpretar o trecho de Capítulo 4, Versículo 3, sob as condições e realidade do projeto de remição pela leitura. “Minha palavra vale um tiro/Eu tenho muita munição” aqui pode ser vista pela força atribuída a construção e/ou retomada de um saber mesmo diante de uma prisão articulada em controlar os conhecimentos que transitam pelos seus muros.

A metáfora bélica trazida pelos Racionais e emprestada nesse trabalho procura demonstrar quais são os caminhos tortuosos que a leitura num ambiente prisional, voltada à pessoa presa, enfrenta. Mais ainda, o aspecto crítico e incisivo que o saber proveniente do grupo remete, já que a preocupação da administração penitenciária estava voltada ao que poderia causar a entrada de “Sobrevivendo no Inferno” para dentro da cadeia.

Indo além, significa valorar o conhecimento produzido e seu potencial de mudança e impacto na realidade. De algum modo, inconscientemente, ao contrário do que fizeram parecer em momentos que serão analisados na próxima seção, quando duvidaram do conhecimento do sujeito preso, subjugar esse conhecimento significa corroborar com a ideia de que há muita informação proveniente tanto da vivência prisional quanto dos saberes ali silenciados.

Essa disputa travada entre a administração e o grupo pode ser explicada através de um de nossos encontros em torno de Fahrenheit 451, acompanhado, excepcionalmente, pelo agente de segurança da escola. Em certo momento, fomos surpreendidos pelo questionamento acerca da capacidade de leitura dos presos, se eles seriam capazes de ler 600 páginas, por exemplo. Alessandro e Júlio, membros desde 2018 do “Me Livro”, atentos aos comentários, responderam que qualquer livro que é levado é lido logo na primeira semana e que no decorrer das semanas esses livros são lidos novamente. Finalizaram, ainda, reforçando: “não importa [o livro, seu tamanho], a gente lê mesmo assim”²⁰.

As duas dimensões que buscam analisar os assuntos provenientes das discussões e dos livros podem servir, também, como uma forma de resposta à crítica que realizamos na análise do “crivo penitenciário”, através das próprias organizações e formulações de ideias, da

²⁰ Trecho retirado do encontro do dia 07/05/2019 sobre o livro “Fahrenheit 451”

densidade do conteúdo apresentado, da maneira como foram colocados em pauta e pelo intuito de fazê-los objetos de debate, num projeto que circulam inúmeras ideias e assuntos dos mais variados.

Pensando que fisicamente o tiro nada mais é que a munição em movimento, o acúmulo de conhecimento que cada indivíduo carrega consigo está inserido no que entendemos com a munição cantada por Brown, enquanto o tiro é esse conhecimento colocado em jogo, pronto para desafiar e questionar o saber constituído, saber este que tem como função afastar ou negar o saber da pessoa presa.

2.1 Crivo penitenciário

Nomeamos a primeira categoria de análise do corpus empírico como crivo penitenciário. Entendemos esse crivo como uma ação do poder próximo à censura, mas que é capaz de se desdobrar em outras vertentes, como veremos a seguir.

Podemos dividir as investidas da administração penitenciária em quatro momentos encontrados a partir dos nossos relatórios, sendo três as obras em que a temática presente teve algum tipo de aparição, são elas: “Fahrenheit 451”, “A Revolução dos Bichos” e “O Menino do Pijama Listrado”.

Desde já, explicamos que apesar de identificarmos quatro momentos em que foram relevantes, esses momentos são complementares e muitas vezes dialogam entre si. Dessa forma, escolhemos contá-los dentro de uma mesma seção pois há um vai-e-vem de ideias que acabam se sobrepondo.

O primeiro momento diz respeito sobre quando o grupo C.E.L. realizou uma atividade de arrecadação de livros durante o final de 2018 e início de 2019. O intuito da atividade era o de arrecadar livros que pretendíamos usar para a remição e outros para compor o acervo da biblioteca da própria penitenciária. Ao chegar à unidade com a caixa de livros, o Diretor da Escola, que algumas vezes nos acompanhava em nossa “descida” até à escola, alertou que todos os títulos seriam submetidos ao que ele chamou de “censura da unidade”. Mais escancaradamente do que fora feito com a obra dos Racionais MC’s, aqui, a palavra utilizada foi exatamente essa.

Não sabíamos quem era responsável e nem se existiam servidores responsáveis por organizar a censura, muito menos como ela seria feita, quais os procedimentos e os parâmetros a serem utilizados. Contudo, essa mesma “censura da unidade” também foi mencionada pelo agente responsável pela segurança da escola, num segundo momento em que identificamos a presença desse crivo penitenciário agindo sobre o grupo: “esse livro é

perigoso aqui na cadeia... eu não tenho nada a ver, mas se eu fosse a censura, eu ia censurar na cadeia esse livro... se bem que não sei se eles vão fazer a associação das coisas”²¹.

O livro em questão era “A Revolução dos Bichos”, de George Orwell. Na fala do agente, dois apontamentos chamaram a atenção para fins de análise no trabalho que nos propusemos a desenvolver: o chamamento, novamente, à censura, e o questionamento de capacidade interpretativa dos membros do “Me Livro”. Primeiramente, iremos dispor sobre a censura e, posteriormente, sobre o questionamento da capacidade interpretativa dos membros presos, já que esta não foi a primeira ocorrência nesse sentido.

No início de 2020, o programa “Remição em Rede”, por exemplo, sofreu censura - como diversos meios de comunicação se propuseram a chamar - por parte da Superintendência da Fundação Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel (FUNAP)²². Na ocasião, o projeto que possui apoio de grandes editoras nacionais, como Record, Planeta, Todavia e Boitempo, teve a lista de livros retida sob a justificativa de que um título daquela lista não atendia, segundo entendimento da gestão da FUNAP, os objetivos propostos à população carcerária.

Curiosamente, em 2021, no transcorrer do nosso trabalho e na possibilidade de ter de volta as atividades do projeto “Me Livro”, o grupo “Cárcere, Expressão e Liberdade” se reuniu com o Diretor da Escola da penitenciária de Franca e com membros da FUNAP que nos ofereceram integrar um grande projeto, sob a coordenação da própria FUNAP, que organiza a remição da pena pela leitura em diversas unidades penitenciárias do interior paulista.

Essa reunião foi realizada de maneira virtual e contou com a minha presença, representando o corpo de extensionistas do C.E.L., a presença da professora coordenadora do grupo, Ana Gabriela Mendes Braga, o Diretor da Educação da unidade de Franca, um servidor da SAP, e três membros da FUNAP todos reunidos conjuntamente na mesma sala para apresentação da proposta ao grupo e ao diretor em questão.

Apesar de não estar incluído no corpus da pesquisa, identificamos nesse movimento como a dinâmica do campo transpõe períodos temporais e influencia na produção do agora,

²¹ Trecho retirado do encontro do dia 02/04/2019 sobre o livro “Todo Dia”

²² A lista com 11 títulos foi rejeitada pela FUNAP pois, segundo sua superintendência, não seriam livros adequados a pessoas presas. Janine Durand, articuladora do projeto, conta que, em reunião feita para discutir o veto em relação aos livros, ouviu de Reginaldo Caetano da Silva, superintendente da diretoria de atendimento e promoção humana da FUNAP, se seria possível a utilização de livros de autoajuda invés daqueles preparados pelos voluntários do projeto. Com a negativa de Janine, foi solicitada apresentação por parte dos organizadores do “Remição em Rede” para apresentarem justificativa, por escrito, de cada livro que constava na lista. Notícia de 13 de fevereiro de 2020, no portal G1: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/02/13/governo-de-sp-censura-livros-de-projeto-de-leitura-para-presidiarios-diz-articuladora.ghtml>

principalmente pelo fato de que o tema da censura estava compondo o campo de pesquisa desde o seu início e sendo motivação direta para o início da presente investigação.

Nesse sentido, identificamos a ideia trazida por Karina Biondi (2009) de que “uma ida ao campo muitas vezes não se encerra em si mesma” (p. 27). Quando falamos em trabalho de campo, portanto, não devemos entendê-lo como preciso em seu sentido assertivo, “mas como o estabelecimento de conexões que extrapolam os limites do tempo e do espaço do campo” (BIONDI, 2009, p. 28). Por isso, trouxe para dentro do trabalho as intercorrências desse episódio.

O encontro com os membros da FUNAP foi intermediado pelo próprio Diretor da Escola da penitenciária francana. Num primeiro momento, pensamos que seriam alinhadas nossas práticas para retomada de atividades, tendo em vista que o cenário pandêmico e a interrupção das atividades completavam um ano. Contudo, iniciado o encontro, pareceu-nos mais uma reunião-convite. Até mesmo o Diretor da Escola, o único familiar naquela reunião, aparentava não saber muito bem do que se tratava.

A figura que intermediou o contato entre C.E.L. e a penitenciária de Franca com os coordenadores do projeto de remição encabeçado pela FUNAP foi o funcionário da Secretaria de Administração Penitenciária, uma espécie de coordenador de práticas educativas da 6ª Região Administrativa Judiciária.

O projeto da Fundação girava em torno de uma padronização da atuação do grupo nos moldes da iniciativa própria da FUNAP, que já atuava em algumas penitenciárias do estado de São Paulo, inclusive em parceria com outras universidades. Além da padronização de questões burocráticas, como folhas de respostas, folhas de presença, emissão de certificados, a proposta foi clara em dizer que a escolha dos títulos e a metodologia da correção das resenhas seria realizada por eles.

Nesse sentido, entendemos o movimento como uma disputa travada no campo do saber, mesmo em se tratando de momento distinto do qual se deu o início da pesquisa e suas motivações. Disputa esta que ocorria desde os tempos de atuação do grupo, mas que, em momentos distintos, mostrou-se de maneiras adaptadas, mas todas elas com um ponto em questão: a institucionalidade hierárquica de controle da pessoa presa.

A complexidade dessa realidade reflete-se na pesquisa prisional e é o motivo pelo qual identificamos quatro momentos diferentes, mas complementares entre si, nesta seção. Por essa razão é que destacamos o diálogo entre eles, remetendo a uma ideia de vai-e-vem nas ocorrências narradas.

Um dos participantes mais ativos do “Me Livro” sintetizou a ideia sobre o controle e a leitura da maneira única, comentário este que optamos por colocar dentro desses momentos atinentes ao crivo penitenciário pelo teor da obra apresentada e pela própria interpretação dada pelo participante em relação ao seu distanciamento dos livros e da leitura. Dentro da divisão proposta, o comentário inaugura o nosso terceiro momento:

“queimando o livro, você estraga o passado, porque você não consegue controlar o que já tá escrito... mas a televisão, do presente, era controlada [no livro Fahrenheit 451] ... entendi agora de um jeito que nem eu sabia que era assim, que ia conseguir” e emendou... “eu me formei em 2001 na escola e voltei a ler um livro na vida em 2018 [com a entrada no projeto de remição]”²³

A obra em questão, Fahrenheit 451, de Ray Bradbury, evoca um tom crítico à censura imposta aos livros e às personagens que coadunam com essa prática. No romance norte-americano, uma realidade distópica tem como cultura o combate à criticidade e à autonomia dos indivíduos em relação ao pensamento. Dessa forma, o controle social era exercido através da queima dos livros, queima esta realizada por bombeiros que tinham como principal função o “apagamento” da história.

Em seu comentário, o membro descreve um movimento de recuperação da palavra, do saber e da leitura. Estabelece, portanto, uma relação de resgate intermediada pelo “Me Livro”, a partir do qual a leitura passou a ser frequente e figurar dentro dos quadros do cotidiano penitenciário. Esse distanciamento exposto também é encontrado pela análise de Maria Rita Palmeira (2012) sobre as produções literárias da denominada “literatura marginal”:

Salvo raras exceções, essas narrativas mostravam que a palavra escrita parecia pertencer ao outro, não a eles – o outro de quem se distanciam pelas diferenças sociais e pelas grades. Era preciso tomar posse dela e adequá-la a seus propósitos, afinal, a palavra escrita é, antes, do mundo que o condenou e de suas instituições, o mundo dos “homens livres”. (PALMEIRA, 2012, p. 11)

O quarto momento se deu em relação ao livro “O Menino do Pijama Listrado”. O livro apresenta uma história de amizade entre duas crianças durante a Segunda Guerra Mundial. A especialidade da obra diz respeito às origens de cada uma das duas crianças, Bruno e Shmuel: o primeiro era filho de um oficial alemão responsável pelo campo de concentração em que o segundo, uma criança judia, estava preso. A trama se desenvolve a partir da amizade entre os dois e a contrastante realidade estabelecida.

À época dos nossos encontros, ganharam os holofotes as declarações da jornalista Rachel Sheherazade contra agentes penitenciários²⁴. Por isso, em nosso primeiro encontro do

²³ Trecho retirado do encontro do dia 22/05/2019 sobre o livro “Fahrenheit 451”

²⁴ Em 2019, ocorreu o massacre de presos em Altamira (PA). A jornalista expôs comentários sobre o ocorrido e aproveitou para afirmar, em vídeo, que “até mesmo policiais, que são agentes da lei, se bandearam para o lado da criminalidade”. Diversas ações foram movidas contra Rachel e, no ano de 2021, a jornalista já foi condenada em uma delas a pagar R\$10 mil por danos morais. Site <https://noticiasdatv.uol.com.br/noticia/televisao/rachel-sheherazade-e-condenada-por-chamar-agentes-penitenciarios-de-criminosos-58148>

livro, o agente responsável pela segurança da escola lançou a seguinte retórica ao grupo de estudantes que chegava à escola: “os livros é pra nós esse mês? Aqui nós é nazismo, é isso?”²⁵.

Curiosamente, para debater o enredo do livro, utilizamos algumas fotos da época, incluindo fotos de campos de concentração. Ao se deparar com a imagem, Henrique, um dos participantes, exclama: “nossa, mas isso aí é uma penitenciária!”²⁶. Em outro momento, um outro participante preso pontua sobre a dificuldade em se confeccionar a resenha pois, segundo ele: “[escrever] é difícil mesmo, porque parte [da história] é da infância dele, parte é do Nazismo. E é muito parecido com a realidade que a gente vive aqui, só não é uma ditadura”²⁷.

Além disso, quando exibimos cenas do filme em que guardas com cachorros entravam em casas e quartos de um campo de concentração, pode-se ouvir um burburinho tomando a sala de aula: a atuação do Grupo de Intervenção Rápida (GIR)²⁸ era muito semelhante àquilo mostrado no filme.

Nesses momentos, podemos observar uma inversão nas expectativas quando analisado o comentário anterior do agente penitenciário, questionando o grupo se considerávamos eles, assim como a jornalista, uma instituição nazista. O conhecimento, a aproximação e a referenciação de ideias partiram dos próprios presos, utilizando os materiais levados pelos universitários como base para aproximar duas realidades temporalmente distantes e, segundo eles, muito próximas quando enxergada a realidade prisional.

Esse trabalho não procura apenas informar, como já colocado, as mazelas e as violências que o cárcere impõe na vida de quem alcança, seja direta ou indiretamente, mas mostrar como a intermediação realizada entre universidade e cárcere, através da atuação de uma extensão universitária, proporcionou a construção de um conhecimento questionador do ponto de vista estrutural, no sentido de estar na cadeia ao mesmo tempo que contra ela. É a

²⁵ Trecho retirado do encontro do dia 06/08/2019 sobre o livro “O Menino do Pijama Listrado”

²⁶ Trecho retirado do encontro do dia 20/08/2019 sobre o livro “O Menino do Pijama Listrado”

²⁷ Trecho retirado do encontro do dia 27/08/2019 sobre o livro “O Menino do Pijama Listrado”

²⁸ Trecho retirado da Tese de Doutorado de Rafael Godói “Fluxos em cadeia: as prisões em São Paulo na virada dos tempos” (p. 64): “Outro diferenciado corpo de agentes estatais se constitui como uma elite do funcionalismo penitenciário, que não se confunde com as diversas diretorias. Trata-se do Grupo de Intervenção Rápida (GIR), criado no começo dos anos 2000 como “tropa de choque” dos agentes penitenciários, especialmente munidos e treinados (pela PM e outras agências de segurança) ou para a realização de intervenções preventivas em situações de risco, ou para operações rotineiras de grande escala, como revistas em raios e unidades inteiras. De uniforme preto, com escudos, balas de borracha, cassetetes, bombas de gás lacrimogêneo e efeito moral, tubos de gás de pimenta, cães, coletes, capacetes e coturnos, organizados militarmente em tropa, os agentes do GIR adentram os raios para desfazer situações de crise e, mais comumente, para auxiliar os ASPS na realização de revistas nas celas, facilitando a remoção e o controle da população de um raio. Agem com constante truculência e distanciamento dos presos.”

remição, institucionalmente reconhecida, atuando dentro da prisão com o intuito de questionar a sua atuação.

Apesar de entender no sentido que Roger Chartier (1995) aplica a ideia em “Textos, impressos, leituras”, quando dispõe que não há produção cultural que não esteja embebida nas vigilâncias e censuras de quem tem o poder sobre as palavras ou gestos (p. 137), a situação apresentada funciona como uma produção constituída a partir do poder com fins de negar esse próprio poder, mesmo que limitado em suas particularidades. Aproximamos mais do que propôs Elenice Maria Cammarosano Onofre quando dispõe que “os estudantes podem exercitar a possibilidade de quebra de hierarquias, as relações de respeito e melhoria da autoestima” (2019, p. 103).

Houve, por exemplo, durante as atividades da obra “A Revolução dos Bichos”, momentos em que fomos orientados pelo próprio agente de segurança da escola para que retirássemos algumas tirinhas pois a abordagem policial truculenta representada no desenho poderia remeter à atuação do GIR dentro da penitenciária.

Nesse sentido, a análise feita por Denise Carrascosa (2018) sobre os escritos de Luiz Alberto Mendes, identificando o desenvolvimento de uma “política de si” quando o sujeito tido como “criminoso” é alcançado pela construção da sua própria narrativa dentro de suas condições específicas de vida, ganha com mais precisão o papel exercido pela leitura e pelos questionamentos advindos dessa leitura no contexto da remição:

No entanto, para os sujeitos produzidos pela tecnologia discursiva que gera a posição de sujeito “criminoso” potente para interpelar o indivíduo através de suas próprias práticas de si e pela tecnologia disciplinar-prisional, que atravessa o detento com isolamento, tortura do corpo e vigilância, para esse sujeito que é interpelado a produzir-se a si na injunção criminoso-detento, construir, ter uma casa feita de narrativas do eu é um gesto no mínimo, político. Constitui uma política de si, uma política de vida. (FRANÇA, 2018, p. 124)

A política de si, conforme Carrascosa nos mostra, apresenta em sua dinâmica um conjunto de dispositivos que possibilitam essa produção ativa do preso como “sujeito”. A autora elenca três pontos (2018, p. 128): o primeiro, nomeia como sendo a “aprendizagem estratégica das técnicas das relações de poder”; o segundo, o elo existente entre presente e passado que possibilita narrar o presente numa posição acima dos processos de subjetivação; e o último a potência trazida pelos posicionamentos discursivos como forma de desfigurar as posições “marginalizantes”.

Pensando que o processo por nós analisado é o momento antecessor à elaboração de uma resenha crítica, ou seja, um grande compilado das ideias discutidas nos três encontros e colocadas, com tons próprios e pessoais, nos textos de cada membro, podemos identificar que

a política de si passa por esse momento de discussão sobre a própria condição e que será colocado nos escritos.

E mais, a colocação na resenha daquilo construído através da leitura é a própria política de si operando nas atividades desenvolvidas pelo grupo, é a utilização estratégica das informações acolhidas durante as discussões organizadas em texto para que, além dos dias remidos, possa se posicionar para além da posição marginalizante de preso que passa por um processo corretivo, conforme a posição mais institucional costuma associar.

Quando Judith Butler (2018) evoca a poesia e as imagens da guerra a fim de demonstrar como tais produções rompem o tempo todo com o contexto (p. 24), ela também identifica as possibilidades e a força real que essas produções artísticas mobilizam no seu alcance:

O movimento da imagem ou do texto fora do confinamento é uma espécie de “evasão”, de modo que, embora nem a imagem nem a poesia possam libertar ninguém da prisão, nem interromper um bombardeio, nem, de maneira nenhuma, reverter o curso da guerra, podem, contudo, oferecer as condições necessárias para libertar-se da aceitação cotidiana da guerra e para provocar um horror e uma indignação mais generalizados, que apoiem e estimulem o clamor por justiça e pelo fim da violência. (BUTLER, 2018, p. 26-27)

Portanto, nesse movimento quase que metalinguístico de nossas oficinas, quando a prisão fala sobre ela mesmo a partir dos livros lidos, e questiona tanto a hierarquia do espaço físico quanto a hierarquia do saber, já que, partindo dos próprios agentes, o conhecimento dos presos era frequentemente ou desprezado ou temido – em seu aspecto de identificação da realidade –, encontramos um saber vindo de dentro, compreendendo a maneira como ele age e se defronta com o saber constituído.

Questionar a existência da capacidade intelectual dos presos, como fizeram os agentes, não faz sentido dentro do espectro que tomamos por análise. É inegável a capacidade intelectual, o que analisamos é por onde essa capacidade aparece e sob qual forma ela aparece. Desse modo, entendemos que o saber aparece quando do confronto com o saber hierarquicamente constituído de quem controla a unidade, desde o Diretor Geral, responsável por dar a palavra final pelo veto ao Sobrevivendo no Inferno, passando pelos Diretores intermediários, como o da Escola e os próprios agentes, sem esquecer as instituições que correm por fora, a exemplo da FUNAP.

2.2. Política

Ao definirem a “burguesia”, apontaram claros exemplos: “os donos, a classe alta”, firmou Alex; Hélio e Alan, e outros dos participantes, afirmaram ser também o “governo” e os “empresários”. “Proletários” seriam “operários”, “trabalhadores”, ou “quem ganha um salário mínimo”, na expressão de Hélio. A relação das classes com o sistema de justiça, com as “leis”, também pareceu bem formada entre presos a

partir de sua leitura: “a burguesia põe as normas dela”, pontuou Alex; “eles fazem com que as leis sejam seguidas, do jeito deles”, afirmara outro; Gabryel também é pontual ao dizer que “a maioria da população brasileira não sabe da lei; só sabe das leis por que... quando se depara com elas” e definir a total alienação do povo em relação ao Direito.²⁹

Em termos de aparição, a temática “política” foi a que mais apareceu em nossos relatórios. As discussões sobre o tema circundaram a política brasileira, motivada, como veremos, pelo novo governo que assumiu a presidência a partir de 2019. Os livros responsáveis por desencadear as discussões foram: “Mayombe”, “A Revolução dos Bichos”, “Capitães de Areia”, “O Menino do Pijama Listrado” e “Fahrenheit 451”.

Em “Fahrenheit 451”, por exemplo, as discussões que empenhamos sobre “fake news” resultaram em comentários sobre o cenário político brasileiro, principalmente em relação ao descontentamento que os membros presos nutriam contra o presidente recém eleito: “não houve quem declarasse que votaria em Bolsonaro se estivesse ‘na rua’”³⁰.

À época dos nossos encontros, grandes manifestações a favor da educação tomavam as ruas do país, e isso não passou batido pelo grupo. Em certo momento, Alex mencionou que “os estudantes ainda vão tirar ele de lá”³¹. A temática das manifestações ainda foi alvo, nesse mesmo sentido, quando das discussões sobre o livro “Mayombe”, apontadas novamente por Alessandro. Nesse momento, o participante apontou as semelhanças entre as manifestações contra o governo Bolsonaro, organizadas por diversos grupos, e as lutas dos povos tradicionais de Angola, com todas as diferenças étnicas existentes.

Na dinâmica dos grupos, feita durante a discussão de “O Menino do Pijama Listrado”, já explicada no primeiro capítulo, na seção 1.2, foi identificado que colocar “presos” e “Bolsonaro” no mesmo grupo não seria adequado, apesar da pauta de “segurança pública” estar presente nos discursos do atual presidente, conforme lembrou um dos membros presos. Para ele o diálogo, entre esses dois, não existiria. Matheus, outro membro, foi mais enfático: “então qual é a luta do Bolsonaro?”, respondendo ele mesmo “Pela polícia e contra o preso...”³².

Ainda, num debate sobre direita e esquerda dentro dos aspectos discutidos no livro de Pepetela, Júlio questionou o grupo sobre o posicionamento dos próprios presos: “igual ao Bolsonaro: aqui ninguém gosta; então é todo mundo de esquerda?”³³.

²⁹ Trecho retirado do encontro do dia 16/04/2019 sobre o livro “A Revolução dos Bichos”

³⁰ Trecho retirado do encontro do dia 22/05/2019 sobre o livro “Fahrenheit 451”

³¹ Trecho retirado do encontro do dia 22/05/2019 sobre o livro “Fahrenheit 451”

³² Trecho retirado do encontro do dia 20/08/2019 sobre o livro “O Menino do Pijama Listrado”

³³ Trecho retirado do encontro do dia 18/06/2019 sobre o livro “Mayombe”

As comparações da ditadura civil-militar brasileira com o atual governo também não passaram batidas. Nas discussões de “A Revolução dos Bichos”, um membro, tido pelos demais como “muito curioso”, traçou um paralelo entre os anos de nazismo e a ditadura em território nacional. Fez questão, ainda, de comparar a própria ditadura militar com a governança produzida por Bolsonaro.

A temática ainda atravessou discussões mais diversas. Em Capitães de Areia, por exemplo, houve a comparação da figura de Lula com a de Pedro Bala, sendo motivada, segundo o participante, pelo sindicalismo e pela opinião política “comunista”. Por esse momento, um outro membro até questionou: “por que o brasileiro gosta de herói que não presta? Vê só o Pedro Bala...”³⁴. Discussões sobre causas da corrupção e lutas coletivas em prol do país também passaram rapidamente por esses encontros.

De maneira geral, a preocupação com o governo encabeçado por Bolsonaro era generalizada. Envolvia o tipo de política empreendida em seus discursos durante a campanha, mas também pelo que representava, já que vinha de um histórico militarizado e flertava com a polícia militar, essa última um reduto de seus eleitores. Além disso, somava-se ao receio e à antipatia um sentimento positivo em relação a governos passados, principalmente à época de Luiz Inácio Lula da Silva.

Por último, deixo o questionamento de Júlio sobre democracia e liberdade quando, para apresentação de “O Menino do Pijama Listrado”, fizemos uma dinâmica de colagem sobre “Dignidade e Liberdade” na visão de cada membro. Ao elaborar uma arte utilizando uma famosa atriz ao falar sobre apartheid, Jardel questiona que se ela tivesse tanta liberdade – como nos fazem crer que temos na democracia brasileira –, por qual motivo ela estaria defendendo a democracia?

A Figura 5 apresenta a colagem realizada pelo membro preso nessa oficina desenvolvida pelo C.E.L. Nela, podemos observar trechos de uma entrevista da atriz Letícia Sabatella, lembrada por Júlio, além de uma frase sobre liberdade e uma matéria sobre o pugilista Muhammad Ali. Todos esses elementos representavam a dignidade e a liberdade segundo entendimento do participante.

³⁴ Trecho retirado do encontro do dia 26/02/2019 sobre o livro “Capitães da Areia”

Figura 6 - Colagem sobre a dinâmica "Dignidade e Liberdade"



Fonte: relatório sobre a oficina realizada em 06/08/2019

Jardel faz referência à fala da atriz Letícia Sabatella em relação à cultura do apartheid. Seu questionamento envolve tanto a pessoa quanto o conteúdo da sua declaração. O membro preso atribui uma possível falta de democracia à sociedade brasileira uma vez que, até mesmo uma pessoa famosa está saindo em defesa dessa democracia que julgamos ter, muitas vezes, sem questionamento.

2.3 Vivência prisional

Certa vez, li, não sei onde [provavelmente em Brecht], que condenava-se o rio por ser caudaloso e devastador em sua corrente, mas nada se dizia das margens que o limitavam e comprimiam, tornando-o tão violento. Era o caso ali [na triagem do RPM]. Queriam proteger a sociedade de nós, mas talvez a solução fosse nos proteger da proteção social. Daí é para se perguntar se éramos animais, como queriam, ou se éramos animalizados, como nos faziam. Marginais e criminosos ou “marginalizados” e “criminalizados”? O resultado se observaria no estrago, na devastação que retribuiríamos, no futuro, à sociedade. (MENDES, 2001, p. 146)

Neste ponto, quando foram aproximados os aspectos da vivência prisional com aqueles trazidos pelos livros, tivemos a discussão preponderantemente marcada pelos seguintes títulos: “A Revolução dos Bichos”, “Mayombe”, “Capitães de Areia” e “Todo Dia”.

Um dos membros expôs, a partir da sua resenha e da leitura de *Capitães de Areia* que, assim como no livro, duas são as palavras que devem possuir um forte significado no cotidiano da cadeia, são elas: companheirismo e solidariedade. Nesse encontro, a Diretora de Reintegração Social, excepcionalmente, nos acompanhou e perguntou se aqueles sentimentos serviriam para os agentes penitenciários também. A resposta foi direta: “não, só entre nós; com eles não, não tem jeito”³⁵.

Temática correlata também surgiu quando da discussão sobre o livro “*Todo Dia*”. Propusemos a leitura de trechos da obra e do texto “*Linhas tênues: sobre dinâmicas afetivas e sobrevivência*”, além de um vídeo sobre “*simpatia*” e “*empatia*”. Um dos presos participantes sintetizou, a partir daquilo que foi mostrado, que “*empatia*” era o que mais tinha na cadeia em virtude da diversidade do lugar, sendo necessário para a convivência em harmonia naquele lugar.

Exemplo prático dessa empatia ocorreu nesse mesmo encontro quando passamos trechos do filme que reproduzira a narrativa do livro. Por questões alheias à vontade do grupo, só conseguimos o filme em inglês com legendas em português. Apesar de todos os participantes terem o Ensino Fundamental completo – como já mencionamos, era requisito para entrada no grupo –, os ritmos de leitura eram diferentes entre si. Para tanto, um dos participantes se dispôs a ler em voz alta cada frase, tanto dos diálogos quanto dos pensamentos, exibidas no filme.

Aquilo que identificamos como aspectos da “*vivência penitenciária*” também serviu de espaço para expor pensamentos com tom de denúncia e desabafo. Em “*A Revolução dos Bichos*”, um ponto em específico despertou a discussão a partir dos temas tratados pelo livro. A frase “*Todos são iguais, mas uns são mais iguais que os outros*” direcionou a nossa discussão e foi parafraseada por um membro, levando-a para dentro das dinâmicas prisionais: “*manda quem pode, obedece quem tem juízo*”³⁶. Os exemplos dentro da cadeia poderiam ser encontrados a partir das relações entre os próprios presos e também da relação entre presos e agentes de segurança.

Ainda nesse mesmo encontro, alguns outros participantes acrescentaram que, diante dessas dinâmicas, suas figuras ali não passam de um “*número qualquer*”, denunciando a pouca importância dada às suas vidas, em contraponto aos presos provenientes de grandes operações, como a operação Lava Jato.

³⁵ Trecho retirado do encontro do dia 26/02/2019 sobre o livro “*Capitães da Areia*”

³⁶ Trecho retirado do encontro do dia 09/04/2019 sobre o livro “*A Revolução dos Bichos*”

Em nosso ciclo sobre “Todo Dia”, ao iniciarmos uma discussão a partir do assunto das drogas e, mais detidamente, em relação ao que chamamos de “Guerra às Drogas”, um dos membros preconizou um verdadeiro desabafo, indagando a todos sobre a quem interessaria melhorar nas condições básicas como saúde, educação e segurança dos indivíduos encarcerados, apontando: “olha em quantos presos nós estamos aqui? E lá fora? De quem é o interesse de a gente estar aqui? É bom para quem?”³⁷. Finaliza apontando, ainda, a falta de empatia de promotores e juízes, que nada sabiam daquilo que se passava no interior das celas.

2.4 Gênero

A temática “gênero” surgiu em nossos registros a partir da ocorrência em três livros, são eles: “Todo Dia”, “O Conto da Aia” e “Capitães de Areia”. Diferentemente do que foi até agora exposto, a discussão aqui pode ser dividida em três momentos.

O primeiro momento diz respeito aos aspectos do livro “Todo Dia” em relação aos embates provocados na ordem cis-heteronormativa, gerando controvérsias entre os próprios participantes presos. O segundo momento diz respeito às violências contra as mulheres expostas em “Capitães de Areia” e “O Conto da Aia”, momento este que gerou um consenso nas discussões a partir da conduta tomada nos livros.

O terceiro e último momento tem a ver com a própria composição de membros do grupo C.E.L. O grupo é formado, quase todo, por mulheres. Em contramão, a cadeia é exclusivamente masculina, com exceção do corpo administrativo. Em um de nossos encontros, tivemos um acontecimento entre presos e uma membra do C.E.L. que mobilizou uma conversa franca e direta entre membros presos e membros universitários, colocada nesta seção pela relação com a temática aqui tratada.

Começando por “Todo Dia”, o enredo central da obra é a personagem nomeada “A”, que é capaz de habitar, a cada dia, um corpo adolescente diferente. Logo no primeiro encontro, optamos por mostrar algumas cenas do filme homônimo para que se pudesse criar uma proximidade maior na apresentação da obra. Em uma das cenas exibidas, ao habitar o corpo de um jovem adolescente, “A” apaixonou-se pela namorada desse jovem. Um dos presos questiona, em tom desafiador, se esse amor duraria até mesmo se “A” habitasse o corpo de uma menina: “podia chegar uma menina, ai eu quero ver”³⁸. Momentos depois sua expectativa foi quebrada, mostrando que o importante, na relação, era a pessoa, e não a identificação de gênero de “A”.

³⁷ Trecho retirado do encontro do dia 26/03/2019 sobre o livro “Todo Dia”

³⁸ Trecho retirado do encontro do dia 09/03/2019 sobre o livro “Todo Dia”

Num outro episódio, já nas discussões sobre o livro, Augusto, membro experiente do grupo, cuidadosamente explicita que “cada dia vivendo em uma forma física, fica mais fácil de se aceitar” e ainda continua, num tom mais contido, “mas também, [relacionar-se] a cada dia com uma pessoa diferente... é difícil para a sociedade...”³⁹.

Por outro lado, dois foram os episódios em que tivemos posicionamentos mais diretos sobre o preconceito que rondava as discussões. Um integrante, que era mais novo que os demais em termos de vivência penitenciária, afirmou que “nós temos que respeitar, e não aceitar”⁴⁰, citando uma palestra ocorrida na Faculdade de Direito de Franca – não sabemos se estava presente ou se ouviu falar - do atual ministro do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso.

Ainda nesse sentido, quando o assunto chegou na passagem em que “A” habita o corpo de um jovem religioso, questões morais e religiosas vieram à tona, possibilitando que um membro preso assertivamente pontuasse: “a Bíblia prega o amor, como, como o “reconhecimento” de outro (...); e o “pecado” seria o “preconceito” com seus pares, citando os ensinamentos de Jesus”⁴¹.

Já em “O Conto da Aia” e “Capitães de Areia”, nosso segundo momento, o que se poderia depreender era a contrariedade das situações de violência contra as personagens mulheres. Em “O Conto da Aia”, optamos por exibir trechos do primeiro episódio da série, “Offred”, e a cena do estupro, chamada na série de “ritual” para concepção de novos filhos, não foi deixada de lado. Augusto faz um paralelo com a situação vivida pelas mulheres negras escravizadas e emendou: “eu não gostei dessa parte, achei muito pesado, tudo forçado... ela vira um objeto, uma propriedade”⁴².

Através das reuniões do grupo C.E.L. sobre os encontros e das conversas depois das visitas, identificamos que havia um consenso vindo dos participantes presos do “Me Livro” quando o assunto envolvia, de alguma forma, a ocorrência de estupro. Em Capitães, observamos novamente a mesma relação. A figura de Dora foi lembrada com grande admiração e o episódio do estupro coletivo foi duramente repreendido:

“Dora, a menina que integrava o grupo de meninos em situação de rua em Salvador, fora descrita como uma “Capitã”; uma mulher “massa”. Sua descrição foi feita com uma entonação de respeito e admiração. A controversa passagem de estupro cometido por Pedro Bala também não fora poupada: “isto a gente não tolera”, advertiu um dos participantes. Outro, que também condena o ato, tenta ao menos

³⁹ Trecho retirado do encontro do dia 26/03/2019 sobre o livro “Todo Dia”

⁴⁰ Trecho retirado do encontro do dia 26/03/2019 sobre o livro “Todo Dia”

⁴¹ Trecho retirado do encontro do dia 26/03/2019 sobre o livro “Todo Dia”

⁴² Trecho retirado do encontro do dia 05/09/2019 sobre o livro “O Conto da Aia”

uma forma de contextualização: “mas eles estavam na rua, eram meninos sem educação, sem um freio... não sabiam o que era certo e errado...”⁴³

A questão que envolvia “respeito” às mulheres também já havia sido levantada dentro do próprio grupo quando houve a ocorrência de alguns participantes comentarem sobre extensionistas do C.E.L. Mais precisamente, existe uma espécie de “ética” em torno da figura feminina dentro das penitenciárias em que prevalece o Primeiro Comando da Capital (PCC), como é o caso da penitenciária de Franca. Karina Biondi explica:

Os presos não exibem seus corpos diante das visitantes. Em dias de visita, nenhum deles é visto sem camisa, e uma das instruções que devem passar para seus visitantes é tomar extremo cuidado para que nunca sua camiseta seja levantada a ponto de mostrar alguma parte de seu corpo. Isso pode arrastar o preso, ou seja, levá-lo a ter seu proceder questionado e, em última instância, fazer com que seja cobrado. A recíproca, neste caso, também é verdadeira: as visitantes não podem usar vestimentas que deixem seus joelhos ou ombros à vista, bem como roupas justas, transparentes ou decotadas. (BIONDI, 2009, p. 87).

O que vemos, portanto, não tem por função questionar o status quo em relação à condição das mulheres em sociedade, mas sim num respeito ao corpo feminino pela lealdade patriarcal entre os homens, como “donos” das familiares. Não podemos afirmar que recebíamos o mesmo tratamento das visitas, mas em um desses momentos em que conversávamos sobre assuntos para além dos livros durante os encontros fomos questionados se havia algum tipo de receio em atuar dentro da cadeia.

A partir daí, levantamos o questionamento que é colocado para as membras mulheres do C.E.L. sobre estar numa prisão de homens, mas também ressaltamos o quanto nos sentíamos seguros em nossas oficinas. Recebemos como lembrete a seguinte mensagem, vinda de um dos membros presos: “aqui, vocês estão mais seguros que em qualquer outro lugar dessa cadeia ou ai fora, pode ter certeza”⁴⁴.

O caso problemático, identificado como terceiro momento, ocorreu quando um dos participantes presos teria elogiado, de maneira desrespeitosa, uma das integrantes do C.E.L. que realizava a apresentação das personagens do livro. Quem coordenou a “cobrança”, assim chamada pelos membros presos e que havia passado despercebida por nós, foi o preso Fábio. Só nos demos conta quando ele mesmo perguntou a um dos membros universitários se teríamos visto o que aconteceu.

Na sequência, um dos presos que exerce uma espécie de liderança sobre os demais nos dá um panorama de como é o funcionamento da remição para além da sala de aula:

‘Cowboy’ lembra que essa “falta de respeito” não é tolerada com mulheres, porque nunca se sabe se serão companheiras, irmãs, ou parentes de algum preso. Reforça que “você sabem da casa de vocês pra fazer um trabalho pra gente, aqui não pode ficar pra benefício pessoal, é pra ganhar a remição”. Adverte que ele e outros dois

⁴³ Trecho retirado do encontro do dia 26/02/2019 sobre o livro “Capitães da Areia”

⁴⁴ Trecho retirado do encontro do dia 05/04/2019 sobre o livro “Todo Dia”

presos do grupo (julgo que sejam Marcelo e Alan), além de participarem da remição por leitura, são responsáveis por relatar ao raio tudo o que acontece nas dinâmicas e na escola em geral; mantém “a ordem e o respeito” no ambiente. Diz que ao final de cada encontro, todos os presos se reúnem no raio e discutem o que aconteceu, momento em que cobranças e elogios são feitos. Perguntei como o raio enxerga o CEL, se era “de boa” para eles, e fui tranquilizado: “de boa, de boa sim... vocês sabem: aqui na cadeia o lugar mais tranquilo pra vocês é com a gente”⁴⁵

Essa descoberta fortalece o que localizamos no primeiro capítulo, seção 1.2, como o desenvolvimento de “outros ritmos” dentro da cadeia, mobilizados pelo projeto de remição. Com o fim dos nossos encontros, não é só o livro que adentra as celas. A remição, além da sala que nos é reservada, também “desce” aos raios e se localiza como pauta em suas reuniões internas, como motivos de discussão e até “cobranças” entre os próprios presos.

2.5 As experiências promovidas pela leitura na prisão: a leitura estética e os confrontos ético-políticos

Como mostramos na seção referente à metodologia, na presente seção apresentaremos a última categoria encontrada a partir do corpus. A categoria em questão está voltada a aspectos predominantemente subjetivos, encontrada a partir do que se identifica como dimensão estética da leitura. Segundo Davidson Sepini Gonçalves. “Ao possibilitar outras maneiras de ver, pensar e agir, a experiência estética abre espaço para uma nova resposta às mazelas do cotidiano e às vicissitudes da vida” (2019, p. 65).

Nesse momento, é importante pontuarmos que existem caminhos pelos quais podemos compreender as interpretações resultados dessas interações, que tudo tem a ver com a própria questão presente nas ideologias RE’s, anteriormente mencionadas. Uma das vertentes que, de pronto, abrimos mão de utilizar no presente trabalho, é a de enxergar a leitura como um caráter salvacionista, de redenção, objetivando uma possível melhora do indivíduo.

Erving Goffman, em “Notas sobre a identidade deteriorada” (1998), apresenta os caminhos por onde o dito estigmatizado pode se reaver consigo e com o outro. Para ele, são duas as possibilidades que constroem essa nova identificação: através da dedicação de seus esforços individuais numa atividade tida como fechada, levando em conta seus motivos físicos e circunstanciais, e através da crença de que as privações sofridas são dadas a esse estigmatizado como uma bênção, capaz de ensiná-lo sobre a vida e sobre as outras pessoas (p.19).

A nossa posição de extensionistas e pesquisadores dentro do cárcere tinha como pressuposto de atuação o abolicionismo penal, e, por consequência, a negação completa das estruturas punitivas da justiça criminal. Seguir o caminho apresentado por Goffman nos

⁴⁵ Trecho retirado do encontro do dia 30/04/2019 sobre o livro “A Revolução dos Bichos”

conduziria a entender, mesmo que limitadamente, um propósito na pena, como se dela pudesse surgir uma nova identificação à pessoa presa. O que propomos, em primeiro, é negar a pena e, em segundo, considerar como válido o saber construído a partir da pessoa presa.

O intuito do presente trabalho é evidenciar que mesmo com as dificuldades inerentes ao cárcere se constrói um saber questionador dentro e sobre esse mesmo cárcere. Não como forma de encontrar uma vida correta, nem de focalizar aspectos corretivos, mas de colocar em disputa essa intelectualidade e as hierarquias construídas por sobre essa intelectualidade.

Dialogamos a partir de uma concepção de pessoa presa vista sob o espectro de sujeito ativo e não de objeto dentro da relação de análise da leitura. Por isso, fazemos eco ao que propõe a Criminologia Clínica de Terceira Geração, como já teorizado no primeiro capítulo:

A proposta da perspectiva da inter-relação social que é a base do modelo desenvolvido por Sá de Criminologia Clínica de Terceira Geração, propõe um retorno ao sujeito, mas ele enquanto ator social, possuidor de um conjunto de valores e significações, o qual “escolhe dentro de um campo de possibilidades as diversas formas de se relacionar” e não que é determinado por suas condições, ou simplesmente “alvo” do sistema de controle. (BRAGA, 2020 ou 2019, p. 36)

Mesmo quando recorremos à Palmeira (2012), aqui já citada em outros momentos, o raciocínio não se completa no sentido pretendido. Maria Rita recorre, a partir da análise das obras da “literatura marginal”, ao chamado *etos* prisional, que seria um “conjunto de valores e condutas reconhecidos como legítimos dentro da prisão” (p. 16). Como veremos, a dimensão estética da leitura necessariamente vai além dos limites relacionados a esse “*etos*” ligado à vida dentro da prisão.

A partir de um aspecto mais amplo, consideramos um direito à literatura nos termos de Antônio Candido (2011): um bem incompressível, necessário à integralidade intelectual dos indivíduos. E não só isso, Cândido não esgota as possibilidades provenientes da literatura apenas na essencialidade do seu direito, reconhecido por ele como um direito humano. Como sendo um direito humano, sua função é provocar a autonomia e as potencialidades de seu agente.

Há referência da ligação entre literatura e humanidade. Segundo ele, “a literatura desenvolve em nós a quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante” (CANDIDO, 2011, p. 182). Extraímos, portanto, que a literatura é menos aquisição de conhecimento e mais “construção de objetos autônomos como estrutura e significado” (2011, p. 178).

(...) Primeiro, verifiquei que a literatura corresponde a uma necessidade universal que deve ser satisfeita sob pena de mutilar a personalidade, porque pelo fato de dar forma aos sentimentos e à visão do mundo ela nos organiza, nos liberta do caos e portanto nos humaniza. Em segundo lugar, a literatura pode ser um instrumento consciente de desmascaramento, pelo fato de focalizar as situações de restrição dos direitos, ou de negação deles, como a miséria, a servidão, a mutilação espiritual.

Tanto num nível quanto no outro ela tem muito a ver com a luta pelos direitos humanos.

A organização da sociedade pode restringir ou ampliar a fruição deste bem humanizador. O que há de grave numa sociedade como a brasileira é que ela mantém com a maior dureza a estratificação das possibilidades, tratando como se fossem compressíveis muitos bens materiais e espirituais que são incompressíveis. (...)” (CANDIDO, 2011, p. 198).

Rita Segato (2003), por sua vez, identifica alguns erros sobre os quais o sistema penal opera a fim de limitar a capacidade de responsabilidade do preso. Segundo a autora, a responsabilidade, a autonomia e a liberdade funcionam em dependência, devendo uma preceder à outra. “Sem autonomia não existe responsabilidade. A condição ‘sine qua non’ que torna possível o exercício da responsabilidade é, por definição, a liberdade”⁴⁶ (SEGATO, 2003, p. 14, tradução nossa).

Continua, ainda, expondo que a tutela sobre os presos funciona como uma “pedagogia da irresponsabilidade”, e que a gênese dessa pedagogia é a infantilização do indivíduo apenado, suprimindo a autonomia e colocando de lado suas vontades.

A supressão da autonomia é oposta à concepção encarada por nós como uma das maneiras de se enxergar o papel da leitura a partir do “Me Livro”, já que tomamos como orientação interpretativa a experiência estética da leitura, que, por sua vez, é “projetiva, uma vez que o leitor se vê no texto e o traz para dentro de si. (...) Há que se falar, portanto, em aprendizado, mesmo que em termos de potencialidade” (GONÇALVES, 2019, p. 77).

Além da interpretação dada pelo leitor, é possível este mesmo leitor proceder com o preenchimento de lacunas deixadas pela própria leitura (GONÇALVES, 2019, p. 77). Ainda de acordo com Gonçalves (apud Aurora Neta, 2012, p. 79-85):

[...] a leitura pode ser uma experiência estética que faculta ao leitor a memória, a experiência do ver, do sentir, que coloca em questão aquilo que somos ou o que fazem de nós. Isto feito quando põe em suspenso o racional, os esquemas de interpretação e explicação objetivados e se torna meio de apreensão pelo olhar e pelo silêncio. [...] Assim sendo, a experiência estética da leitura põe o leitor em suspensão, o inquieta, o interpela, o coloca numa atitude de estranhamento em relação ao que lê e à compreensão daquilo que leu. É o que o faz pensar de outra forma quando é atravessado pela leitura não decodificada ou interpretada a priori. É uma forma de conhecimento, um exercício de “acabamento” do texto tornando-o, de forma pontilhada e incompleta, um ato criativo.

Antônio Candido (2014) também teoriza acerca dessa dimensão estética trazida aqui como categoria. Aproximando de Gonçalves, Candido entende que apesar da experiência estética só se importar com o próprio objeto estético, isolando-o da realidade, esse objeto também pode remeter à essa realidade ainda que indiretamente:

Na vida cotidiana ou na leitura de textos não estéticos, a nossa intenção geralmente atravessa a superfície sensível devido à imposição de valores práticos, vitais,

⁴⁶ Do original em espanhol: “Sin autonomía no existe responsabilidad. La condición sine qua non que torna posible el ejercicio de la responsabilidad es, por definición, la libertad”

teóricos etc. O raio de intenção (...) dirige-se diretamente ao que “interessa”, por exemplo, às atitudes e palavras (...). A experiência estética, bem ao contrário, é “desinteressada”, isto é, o objeto já não é meio para outros fins, nada nos interessa senão o próprio objeto como tal que, em certa medida, se emancipa do tecido de relações vitais que costumam solicitar a nossa vontade. É o “fenômeno da moldura” que, nas várias artes de modo diverso, isola o objeto estético, como área lúdica, de situações reais (às quais, contudo, pode referir-se indiretamente) (CANDIDO, 2014, p. 40).

Davidson Gonçalves (2019), semelhante à possibilidade de referir-se indiretamente orientada por Candido, aponta que quando essa dimensão estética se esgota em si mesma ela é capaz de “transbordar para outras áreas da existência humana” (p. 78), a saber: a ética e a política. Por isso é que quando procuramos trazer e analisar a presente categoria, apesar de pontuarmos ser uma análise realizada sob um aspecto estético e subjetivo, não é possível que por aí se esgote. O autor resume, por fim, essa experiência através de três pontos: a) um deslocamento do indivíduo para o passado; b) enfraquecimento do saber constituído e c) o encontro entre duas realidades, a nova e a velha (p. 80).

Na medida em que encontramos a dimensão esteticamente transformadora da leitura e a sua possibilidade de, quando esgotada, se abrir para outras áreas, principalmente a ética e a política, identificamos também o que Juan Pablo Parchuch (2021) nomeou como “relação limite”, em que esse tipo de produção de conhecimento encontra-se nas margens dos sentidos, das normas e dos valores que regem o sistema de justiça criminal, possibilitando “a criação de novas vozes e regimes de visibilidade, que iluminam, de outra maneira, a experiência do encarceramento, os corpos e as realidades que o atravessam”⁴⁷ (PARCHUC, 2021, p. 3, tradução nossa).

Vimos pelas ideias propostas por Parchuc, que é nesse encontro com os limites que se abrem as possibilidades de novas formas de enunciação dessas pessoas que se encontram presas, como ele mesmo escreve “um ato de tomada de palavra”⁴⁸ (2021, p. 8, tradução nossa). Tal ideia se aproxima muito com preceitos da própria Criminologia dos Condenados, que busca utilizar as próprias experiências e perspectivas de pessoas que passaram pelo sistema carcerário para contrapor os saberes produzidos pela criminologia hegemônica.

Se a cadeia se constitui “na medida do seu atravessamento” (BARBOSA, 2005, p. 317), e tendo a leitura como uma ferramenta presente no cotidiano desses quinze presos que formam o grupo, há um saber que se constitui a partir deles, saber este que não se concentra apenas na temática carcerária, mas que extravasa por sobre outros conteúdos.

⁴⁷ Do original em espanhol: “(...) la creación de nuevas voces y regímenes de visibilidad, que iluminan de otra manera la experiencia del encierro y los cuerpos y realidades que lo atraviesan.”

⁴⁸ Do original em espanhol: “(...) una acto de toma de la palabra (...)”

A partir de agora, apresentaremos as discussões identificadas e empiricamente relevantes que serão tratadas a partir da experiência de ler e escrever. Não iremos nos deter na valoração das mensagens produzidas, muito menos concentraremos forças em interpretar o que cada membro quis dizer com seus apontamentos e construções, até porque isso diz tão somente sobre suas próprias vontades e vivências.

Em “Todo Dia” identificamos duas passagens que operaram de acordo com o sentido projetivo que a experiência de leitura nos mostra. O primeiro diz respeito ao paralelo que um dos membros fez entre uma das cenas do filme com o livro “Ensaio sobre a Cegueira”, de José Saramago. A outra passagem ilustra a relação da protagonista “A” quando habitou o corpo de uma jovem viciada em drogas. Um dos presos aproximou essa disputa entre “corpo” e “cabeça” com os momentos em que era usuário de “crack” e o controle que possui hoje em relação ao vício.

Em “Capitães de Areia”, experimentamos uma aproximação coletiva entre a narrativa e a realidade prisional. A história de crianças em situação de rua que praticavam ilegalidades e malandragens, tudo isso somado ao sofrimento e às descobertas da vida, fizeram com que alguns dos membros presos se lembrassem de suas passagens por instituições de acolhimento ou períodos de internação, por exemplo.

Já em “Fahrenheit 451”, pudemos compreender o processo de desconstrução de um preconceito em relação à raça. Júlio comenta que “todo mundo é um pouco preconceituoso; eu mesmo [se referindo a si próprio como homem negro] tinha preconceito que não queria ter um filho de cabelo igual ao meu, não queria casar com uma mulher negra...”⁴⁹, contudo, atualmente, mudou de ideia depois de conhecer sua atual companheira, e que não imagina se relacionando com uma parceira branca. Lembra, pra finalizar sua exposição, que o mesmo preconceito que existia nele ainda persiste em seu irmão.

Em “Mayombe”, um dos participantes chegou até a mencionar a sua “viagem ao passado” na noite anterior enquanto assistia o programa “Conversa com Bial” em sua cela. Complementou os comentários das membras universitárias sobre o livro com o que viu da entrevista da antropóloga francesa no programa, Niède Guidon. Aproximou a experiência da antropóloga em sua expedição ao Piauí em busca de material para pesquisa com a carência material vivenciada por guerrilheiros nos livros.

Por último, para iniciar a discussão sobre o livro “A Revolução dos Bichos”, foi exibido um clipe musical do grupo de rap Amaro, música esta que possui o mesmo nome dos

⁴⁹ Trecho retirado do encontro do dia 22/05/2019 sobre o livro “Fahrenheit 451”

livros. Juntamente ao grupo, outras três artistas participaram da produção musical: Taliz, Markao Arborigine e Realleza. Um de nossos membros presos identificou o artista Markao dos tempos em que viveu no Distrito Federal.

Esse aspecto indireto do livro, que a partir da exibição de uma música homônima para compreendermos e discutirmos melhor a temática da obra possibilitou a interação de um dos participantes com o seu passado, pode ser localizado na dimensão estética que tratamos aqui, deslocado do livro e agindo sobre o campo da memória.

Todos os trechos analisados e destacados no presente trabalho convergem em um mesmo ponto: há uma história que foi resgatada a partir da leitura. O que a experiência estética busca enxergar é o sentido incompleto da leitura, suas brechas e suas possibilidades. Aurora Neta (2014) identifica esse movimento como sendo as “andanças” da leitura, as quais “poder ser encontradas em narrativas orais, escritas e noutras expressões de arte como o teatro, a pintura e a escultura.” (p. 96).

A partir daí, temos a possibilidade da experiência estética transbordar para outros campos, além da preservação de memórias, de vivências e de contextos. Por isso, entendemos como indispensável a contribuição da pessoa presa no processo de validação do conhecimento. A vida da pessoa presa não se resume à cadeia, mesmo ela podendo falar de maneira única sobre a realidade do cárcere. A leitura, portanto, abre o caminho para o saber se constituir como cientificamente válido e localizado.

Estamos falando de pessoas que são impedidas de se representarem, mas que têm suas representações mediadas e hierarquicamente projetadas como modelo para definição de aspectos centrais aos projetos políticos e econômicos de nossa sociedade. Se não se reconhece neles e nelas a fala e a escuta de sujeitos políticos, uma das dimensões dos problemas levantados através do projeto Cartas do Cárcere passa a ser um problema institucional de representação, mediação e (des)autorização.

(...) é preciso sublinhar a questão da representação para dar conta da agência de pessoas privadas de liberdade e das (não) possibilidades de reconhecimento e espaço coletivo para que essas agências possam gerar efeitos compatíveis com sua proposta. (PIRES, 2018, p. 174-175)

Cabe evidenciarmos, por último, a proximidade e os pontos de distinção entre a categoria “leitura como experiência estética” e as três categorias inseridas na dimensão temática, tendo em vista que ambas são provenientes de interpretações e discussões vindas dos livros.

Aurora Neta (2014) nos traz um exemplo capaz de ser deslocado à realidade do “Me Livro”. Ela apresenta uma interpretação da obra de Carlo Ginzburg “Queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição”. O que a autora pretende abordar é a maneira como o moleiro Menocchio exerceu a leitura o levou à morte. Ela

menciona “elementos mediadores no exercício de ler e interpretar” através de “diálogo entre os conhecimentos que lhe chegavam pela razão e percepção” (p. 104).

A interpretação sozinha, portanto, não é capaz de provocar a dimensão estudada nessa seção, mas a maneira como quem se apropria dessa interpretação é que importa. No mesmo sentido, quando levantamos os principais temas discutidos no decorrer dos livros, esses pontos foram encontrados a partir de discussões construídas em conjunto advindas de um tema central proposto em nossos segundos encontros, via de regra.

Por outro caminho, a dimensão estética promove um espaço de autonomia para além das nossas próprias discussões, o sujeito ativo procura “deslocar a palavra do seu sentido literal e com isso dissolver esquemas de interpretação já dados” (NETA, 2014, p. 105). Importa, nesta seção, essa separação entre discussões propostas pelo C.E.L., enquanto grupo de extensão, e aquelas promovidas pelos próprios membros presos, os quais se apropriam da palavra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretendemos aliar o conhecimento científico vindo da universidade pública ao conhecimento proveniente do cárcere a partir da experiência da leitura em um grupo de remição, este último passível de ser compreendido como cientificamente válido como nos dispomos a demonstrar.

Em primeiro lugar, o presente trabalho, desde a atuação enquanto pesquisadores junto ao grupo “Cárcere, Expressão e Liberdade” até a análise e elaboração dos dados para a pesquisa, direcionou suas forças em entender o sistema de justiça criminal e a prisão, como uma das suas principais instituições, como uma ferramenta à sociedade. Evitamos conceber a cadeia como fenômeno natural dessa sociedade, e por isso entendemos que há possibilidades de se construir uma crítica a fim de desnaturalizá-la, mesmo que a partir dela.

Quando Angela Davis (2018) discute em “Estarão as prisões obsoletas?” as raízes do pensamento que naturaliza a prisão pontua que ao mesmo tempo que a prisão é considerada como algo natural, há extrema dificuldade em conviver junto dela (DAVIS, 2018, p. 16). Isto é, pensar em práticas de reintegração social que aproximem, através de um movimento mútuo, pessoas presas e pessoas livres. A própria concepção de sociedade civil não deve ter a população prisional separada de sua composição.

A universidade, ao entrar na prisão, promove esse movimento mútuo de colaboração em aproximar campos distintos de uma mesma sociedade, permitindo que os discursos e as discussões que envolvem o meio academia vão além dos muros da universidade e também dos muros da cadeia. Por isso, quando valoramos o saber produzido a partir da cadeia e colocamos os discursos produzidos aqui para fins de análise, considerando os sujeitos ativos por trás deles, estamos transpondo esses discursos e essas barreiras.

Dessa forma, ressaltamos que a escolha pelo campo específico e pela pesquisa empírica se deu a partir da vantagem epistêmica e científica encontrada por nós, próximos ao tema em virtude da condição de extensionista atuante no “Me Livro” durante o ano de 2019. Os registros provenientes do grupo sendo utilizados como corpus empírico também nos forneceu a possibilidade de aproximar as vivências do campo com um registro documental revisado, semanalmente, por outros membros do grupo, evidenciando as informações ali colocadas e possibilitando um material completo, já que analisado depois de dois anos.

Além disso, o trabalho não tem por intuito somente a função de análise, como pesquisa empírica no campo do Direito, é primordial que a partir dele sejam criadas possibilidades para

intervenção junto ao campo, a fim de que possamos empenhar o que já caracterizamos como reintegração social, e não formas de assistencialismos ou de ajudas sem um fim em si mesmo.

Em um dos capítulos de “Além das Grades”, de Samuel Lourenço, colocamos um trecho que sintetiza a nossa ideia acerca da dimensão de reintegração social: a de pensar a pessoa presa a partir de sua liberdade, e não de sua prisão. O autor do livro, que escrevera a obra enquanto estava preso, em outro momento do livro aponta, ao contrário do que propomos e acreditamos, o que move o sistema de justiça criminal:

Por acaso senhora Justiça ou o senhor Justiça, você sabe da vida dos familiares nos últimos 10 anos? Como estão? Se precisam de algo? E de que maneira podem ser Justos? Afinal, com a sentença não houve Justiça, com a prisão muito menos. O que rolou ali, e rola, é vingança! (LOURENÇO, 2018, p. 61-62)

Dessa forma, antes mesmo da investigação se estruturar através das análises político-epistemológicas e hierárquicas acerca do saber constituído, partimos de um posicionamento de negação da prisão e de suas estruturas, através do que conhecemos como abolicionismo penal, assim como se dá a atuação do próprio grupo C.E.L. Angela Davis (2018) propõe que pensemos em vias complexas de desencarceramento, pois se não houver “alternativas que combatam o racismo, a dominação masculina, a homofobia, o preconceito de classe e outras estruturas de dominação”, (p. 117), não há que se falar em abolição.

Localizar desde que perspectiva falamos é importante para sustentar as ideias que foram trazidas ao texto e categorizá-las como instrumentos de mudança, de radicalização e de ruptura. Permitindo, a partir de então, falarmos e considerarmos a produção de conhecimento advinda do cárcere como apta a construir questionamentos acerca do cárcere, da criminalidade, das estruturas que operam o sistema de justiça criminal, ou seja, que falem da criminologia.

A partir de então, encontramos as três dimensões discutidas durante o trabalho, dimensões estas que foram responsáveis por englobar as cinco categorias analisadas: através da dimensão político-epistemológica analisamos a categoria do “crivo penitenciário”; a partir da dimensão temática analisamos as categorias da “política”, “vivência prisional” e “gênero”; e a partir da dimensão formal analisamos a categoria da leitura como experiência estética.

Através da primeira categoria, “crivo penitenciário”, pudemos nos deparar com uma disputa de poder travada entre o saber constituído que orientava a administração penitenciária e que orienta, de certa forma, a justiça criminal, que é a desvalorização da pessoa presa, questionamento de suas capacidades intelectuais, medo quanto ao potencial ofensivo diante de certas leituras ou representações.

Em sentido contrário, foi constituído um saber proveniente de dentro, questionador das hierarquias que iam se acumulando acima e no entorno de suas vidas. Desde a censura ao *Sobrevivendo no Inferno*, com o receio sobre a aproximação da realidade violenta das letras da realidade violenta do cárcere, passando pelas comparações entre os campos de concentração e a unidade penitenciária, até a aproximação de oficiais soldados nazistas com a atuação do GIR, isso tudo serviu de conteúdo para desenvolver aquilo que trouxemos das análises de Denise Carrascosa sobre Foucault chamado de “políticas de si”.

A dimensão temática, por sua vez, com as categorias encontradas, pode nos apresentar, de maneira espontânea, os temas que os presos participantes do “Me Livro” ansiavam por tratar. A repetição dos receios com a política de segurança pública do governo Bolsonaro, a identificação de estarem em posições antagônicas, o apoio às manifestações encabeçadas por estudantes contra o atual governo, a necessidade de empatia para “tirar cadeia”, os interesses por trás da manutenção da pena, a reprovação à violência contra a mulher foram todos temas que se construíram a partir do consenso de nossas discussões e das vozes proveniente do cárcere.

Não se trata, contudo, de uma única voz proveniente do interior da prisão. Se assim fosse e encarássemos como tal iríamos contrariamente ao que entendemos aqui como construção do conhecimento. As opiniões possuem suas particularidades, mas fazem eco uma às outras por se tratar de temáticas que aproximam e tensionam realidades encarceradas, vidas que se encontram no cárcere e que passam juntas pelo aprisionamento.

Por último, a dimensão formal/subjéctiva nos possibilitou descoberta da categoria da “leitura como experiência estética”, fazendo com que discursos diferentes desses que provocaram consenso pudessem ser relevantes do ponto de vista metodológico. Expusemos que essa categoria foi constituída a partir da intensidade da informação despejada, justamente por se tratar de uma incursão pela subjéctividade.

Valorizamos as produções que deslocaram as discussões e as leituras para além do que foi proposto nos nossos encontros, possibilitando que enxergássemos a leitura em sua incompletude e na constante formação de seus sentidos. Escolhemos, portanto, passagens pontuais que não se enquadram nem em “política”, nem em “vivência prisional” e muito menos em “gênero”.

Essa dimensão evidencia a autonomia e a potencialidade da leitura como direito da pessoa presa, como ela pode se erguer através das próprias associações e como é dever de quem atua no interior do cárcere negar o posicionamento corretivo, ao mesmo tempo que incentiva a promoção de experiências dirigidas pelo próprio sujeito.

A partir dessas três dimensões e das categorias dali retiradas pudemos propor a maneira com que as hierarquias penitenciárias sobre o saber da pessoa presa se estruturavam, e em que medida um saber constituído poderia, então, ser relativizado a ponto de não ser o único válido no interior do cárcere. Reiteramos que não se trata de “dar voz” mas de analisar e considerar essas vozes e suas críticas também no campo científico do conhecimento.

O presente trabalho procura, a partir do questionamento do saber constituído e do encontro de novos saberes provenientes das pessoas encarceradas, dar um pontapé inicial nos debates sobre quem pode produzir o conhecimento sobre justiça criminal que consultamos. Quais lugares na produção do conhecimento esses sujeitos encarcerados podem se localizar para falar deles mesmos.

Os resultados dessa investigação nos mostram que a prisão não é um organismo fechada em si mesma. Quem está lá dentro questiona o cotidiano, mas também questiona os acontecimentos daqui de fora. A porosidade desses muros nos possibilita encarar novas posicionalidades quando o assunto passa a ser criminologia, por exemplo, mas também outros assuntos.

Collins (2019), em sua obra que serviu de base para conceituarmos os aspectos criminológicos trazidos à pesquisa, indica que os “Outros” da sociedade são aqueles que vão explicar os limites dessa mesma sociedade que os despreza e que os afasta (p. 176). Parchuc (2021), em sentido semelhante, identificou a tomada da palavra como forma de criação de espaço para que novas vozes e regimes de visibilidade fossem constituídos, também encontrou relações limites como geradoras desse movimento.

Encaramos as possibilidades e as potencialidades, e não a certeza de que todos que participaram do “Me Livro” tenham a intenção e vontade de conduzir um conhecimento por esses caminhos. Assim como aconteceu com Carolina Maria de Jesus, esperamos que em algum dos membros possam ter encontrado na leitura o seu ideal, e fazer, a partir dela, a sua atuação. A leitura no contexto da remição é essencial para que possamos admitir uma sociedade que questione o cárcere como inerente a sua existência, possibilitando alternativas e saídas que envolvam mais a liberdade que a privação dela.

O objeto de pesquisa que por nós foi analisado é apenas um recorte de um complexo projeto desenvolvido pelo grupo C.E.L, que alia suas práticas extensionistas tanto na cadeia quanto fora dela. A posição ocupada pelo grupo é estratégica na difusão desses conhecimentos, pois sua atuação não se esgota apenas no fluxo estabelecido entre cadeia e universidade.

Assim, apesar de limitarmos a investigação em apenas um ano de edição do projeto, e entendendo as motivações que levaram a algumas discussões naquele ano, é de extrema importância considerar a análise aqui empreendida como a análise de um saber que vem se constituindo capaz de ser utilizado para compreender tanto a realidade carcerária quanto outros aspectos de nossas vidas.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio; DIAS, Camila Nunes. **Articulação entre o mundo interno e externo às instituições prisionais:** questões para a construção de um novo paradigma no domínio da sociologia das prisões. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 37, 2013, Águas de Lindoia (SP), Anais, p. 01-22.

ANDRÉ DU RAP. **Sobrevivente André du Rap (do Massacre do Carandiru).** (coord. Editorial Bruno Zeni). São Paulo, Labortexto Editorial, 2002.

ARCOVERDE, Léo. **Governo de SP censura livros de projeto de leitura para presidiários, diz articuladora.** G1, 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/02/13/governo-de-sp-censura-livros-de-projeto-de-leitura-para-presidiarios-diz-articuladora.ghtml>>. Acesso em 28 jul. 2021.

BARATTA, Alessandro. **Ressocialização ou Controle Social.** Uma abordagem crítica da “reintegração social” do sentenciado, 1990. Disponível em: <<http://www.ceuma.br/portal/wp-content/uploads/2014/06/BIBLIOGRAFIA.pdf>> . Acesso em: 25 jul. 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2016.

BATISTA, Nilo. **Introdução Crítica ao Direito Penal Brasileiro.** 12 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011. 2ª reimpressão, março de 2015.

BAPTISTA, Bárbara Gomes Lupetti. **O uso da observação participante em pesquisas realizadas na área do Direito: desafios, limites e possibilidades.** in: MACHADO, Maíra Rocha (Org.). Pesquisar empiricamente o direito. São Paulo: Rede de Estudos Empíricos em Direito, 2017.

BARBOSA, Antonio Rafael. **Prender e dar fuga:** biopolítica, tráfico de drogas e sistema penitenciário do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, tese de doutorado, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

BIONDI, Karina. **Junto e misturado:** imanência e transcendência no PCC. São Carlos, 2009. 196 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos.]

BONY, Lucie. “**La prison, une cité avec des barreaux? Continuum socio-spatial par-delà les murs**”, 2015, *Annales de Géographie*, 702-703: 275-299.

BRAGA, Ana Gabriela Mendes. **A identidade do Preso e as Leis do Cárcere.** Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, 2008.

_____. **Na prisão e contra ela:** recusa e resistência. *Revista do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária*, v. 22. Brasília, p. 259-270, 2010.

_____. **Reintegração social e as funções da pena na contemporaneidade.** *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. São Paulo. v. 22, nº 107, p. 339-356, abr. 2014.

BRAGA, Ana Gabriela Mendes; GENTILE, José Arthur Fernandes; LIMA, Débora Ferreira de; LOPES, Eduardo Matheus Ferreira; MACHADO, Cibele Lasinskas; SERRA, Victor Siqueira. Dos problemas das grades aos problemas de gênero: reflexões sobre uma extensão abolicionista – de uma cadeia feminina para outra masculina. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISA EM PRISÃO, III. 2017. **Anais [...]** Recife: ANDHEP, 2017. 21 p.

BRAGA, Ana Gabriela Mendes; RIBEIRO, Isadora Thomaz; DE JESUS, José Eduardo Adami. **Caminhos de Liberdade**: quatro momentos do Grupo “Cárcere, Expressão e Liberdade”. Revista Extensão & Cidadania, Vitória da Conquista, v. 6, n. 11, jan./jul. 2019.

BRAGA, Ana Gabriela Mendes; LOPES, Eduardo Matheus Ferreira; SILVEIRA, Dana Rocha; ZOCCAL, Mariana Pinto. **Abolindo desde dentro**: as práticas do Grupo “Cárcere, Expressão e Liberdade” no movimento de resistência ao superencarceramento brasileiro. BOLETIM DO IBCCRIM, São Paulo, v. 27, n. 322, p. 36-38, set. 2019.

BRASIL. Ministério da Justiça – Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). **Conjunta nº 276, de 20 de junho de 2012**. Brasília, 2012.

_____. **Lei de nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Lei de Execução Penal**. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília (DF), 13 jul. 1984. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7210.htm>. Acesso em 17 mar. 2021.

_____. **Recomendação n.391, de 10 de maio de 2021**. Disponível em: <<https://atos.cnj.jus.br/files/original12500220210511609a7d7a4f8dc.pdf>>. Acesso em 17 jul. 2021

_____. **Recomendação n.44, de 26 de novembro de 2013**. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files//recomendacao/recomendacao_44_26112013_27112013160533.pdf>. Acesso em 17 jul. 2021

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra**: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CANDIDO, Antonio. **O direito à literatura**. In: Vários escritos. 5 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2011.

CANDIDO, Antonio (Org.). **A personagem de ficção**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

CHIES, Luiz Antônio Bogo. **Questão Penitenciária**: obstáculos epistemológicos e complexidade. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, v. 35, n. 126, p. 29-47, jan./jun. 2014.

CHANTRAINE, Gerges. **Prison and sociological perspective**. [Prisão e perspectiva sociológica] Champ Pénal/Penal Field, v. 1 n. 1. p. 2-11.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro**: Conhecimento, Consciência e a Política do Empoderamento. 1. Ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019. [e-book versão Kindle]

DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?** Tradução de Marina Vargas. 1 ed. Rio de Janeiro: Difel, 2018.

DARKE, Sacha; ARESTI, Andreas. **Connecting Prisons and Universities through Higher Education.** Prison Service Journal, 2016. p. 26-32.

DEPIERI, Andréia. **Análise documental.** In: MACHADO, Maíra Rocha (org.). Pesquisar Empiricamente o Direito. São Paulo, 2017.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo.** São Paulo: Edusp, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** Tradução brasileira de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 3. Ed. São Paulo, Loyola, 1996.

_____. **A verdade e as formas jurídicas.** Rio de Janeiro, Nau Editora, 2003.

_____. **A vida dos homens infames.** In: Estratégia, poder-saber. Ditos e escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p.203-222.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler:** em três artigos que se completam. São Paulo: Editora Cortez, 2003.

GENTILE, José Arthur Fernandes. **Dos problemas das grades aos problemas de gênero:** reflexões sobre uma extensão abolicionista – de uma cadeia feminina para outra masculina. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISA EM PRISÃO, III. 2017. Anais [...] Recife: ANDHEP, 2017. 21 p.

GOMES DA SILVA, Theuan Carvalho. **Criminologia cultural e rap:** uma análise discursiva das identidades desviantes nas letras dos Racionais MC's. 2017. 140 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2017.

GODOI, Rafael. **Fluxos em cadeia:** as prisões em São Paulo na virada dos tempos. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, 2015

_____. **Vasos comunicantes, fluxos penitenciários:** entre dentro e fora das prisões de São Paulo. In: Vivência – Revista de Antropologia, n. 46, 2015, p. 131-142.

_____. **A prisão fora e acima da lei.** In: Tempo Social: revista de sociologia da USP, São Paulo, v. 31, n. 3, 2019, p. 141-160.

GODOI, Rafael.; CAMPOS, Marcelo da Silveira; MALLART, Fábio.; CAMPELLO, Ricardo. **Epistemopolíticas do dispositivo carcerário paulista:** refletindo sobre experiências de pesquisa-intervenção junto à Pastoral Carcerária. Revista de Estudos Empíricos em Direito, v. 7, n. 1, p. 143–158, 2020. Disponível em: <<https://reedrevista.org/reed/article/view/332>>. Acesso em: 28 jul. 2021.

GOFFMAN, Erving. **Estigma:** notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 1988.

GONÇALVES, Davidson Sepini. **Leitores escritores, eu vi**: uma experiência de leitura e escrita em presídios no sul do estado de Minas Gerais Rio Claro, 2019. 191 p. Tese (Doutorado em Educação) - Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro, 2019. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/181884>>. Acesso em 28 jul. 2021.

HARDING, Sandra. **A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista**. Revista Estudos Feministas. Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 7-31, jan./jun. 1993.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013, 283 p.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de Despejo**. Edição Popular, 1963. Disponível em: https://culturaemarxismo.files.wordpress.com/2019/02/edoc.site_1960-quarto-de-despejo-carolina-maria-de-jesuspdf.pdf. Acesso em 15 ago. 2021.

JOCENIR. **Diário de um detento**: o livro. São Paulo, Labortexto Editorial, 2001.

JULIÃO, Luanda. **“Sobrevivendo no Inferno” é uma aula de história, política, racismo e luta por direitos**. Diário Centro do Mundo, 2018. Disponível em: <<https://www.diariodocentrodomundo.com.br/sobrevivendo-no-inferno-e-uma-aula-de-historia-politica-racismo-e-luta-por-direitos-por-luanda-juliao/>>. Acesso em: 27 jul. 2021.

FILHO, Eduardo F.; LACERDA, Li. **Sheherazade é condenada por chamar agentes penitenciários de criminosos**. Notícias da tv, 2021. Disponível em: <https://noticiasdatv.uol.com.br/noticia/televisao/rachel-sheherazade-e-condenada-por-chamar-agentes-penitenciarios-de-criminosos-58148>. Acesso em: 15 set. 2021.

LOURENÇO, Samuel. **Além das Grades**. Rio de Janeiro, Nota Terapia, 2018.

MALLART, Fábio; CUNHA, Manoela Ivone da. **Introdução: as dobras entre o dentro e o fora**. In: Tempo social: revista de sociologia da USP, São Paulo, v. 31, n. 3, 2019, p. 08-1.

MENDES., Luiz Alberto. **Memórias de um sobrevivente**. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

MORAES, Roque. **Análise de conteúdo**. Revista Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

OLIVEIRA, Carolina Bessa Ferreira. **Extensão universitária e sistema prisional**: uma relação possível. Revista Educação e Políticas em Debate – v. 6, n. 2, p.219 – 235, mai./ago. 2017.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. **Educação escolar em prisões**: brechas, aposta e possibilidades. Revista Nupem, Campo Mourão, v. 11, n. 23, 2019, p.99-108.

PALMEIRA, Maria Rita Sigaud Soares. **Cada história, uma sentença**: narrativas contemporâneas do cárcere brasileiro. São Paulo: Programa de Pós-Graduação (Doutorado) em Literatura Brasileira da Universidade de São Paulo, 2009.

PARCHUC, Juan Pablo. **Un hilito de luz: usos de la literatura y otras formas de arte y organización en la cárcel**. In: Revista Educação Unisinos, v. 25, 2021, 1-18.

PIRES, Thula. **Cartas do Cárcere**: testemunhos políticos dos limites do Estado Democrático de Direito. *in*: FREITAS, Felipe; PIRES, Thula (Org.). *Vozes do Cárcere: ecos da resistência política*. Rio de Janeiro: Kitabu, 2018.

RACIONAIS MC's. **Capítulo 4, versículo 3**. São Paulo: Casa Nostra, 1997.

SÁ, Alvino Augusto de. **Criminologia Clínica e Execução Penal**: proposta de um modelo de terceira geração. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

SÃO PAULO. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – Departamento Estadual de Execuções Criminais (DEEX). **Portaria Conjunta nº001/2019, de 02 de maio de 2019**. São Paulo, 2019.

SEGATO, Rita Laura. **El sistema penal como pedagogia de la irresponsabilidad y el proyecto “habla preso: el derecho humano a la palabra en la cárcel”**. In: *Culture, Violence, Politics, and Representation in the Americas*. Texas: 2003. 34p.

TORRES, Eli Narciso. **Prisão, educação e remição de pena no Brasil**: a institucionalização da política para a educação de pessoas privadas de liberdade. 1. ed. Jundiaí: Paco Editorial [e-book versão Kindle], 2019.

WACQUANT, Loïc. **Punir os Pobres**: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Revan, 2003.